

OSANA DE LUCCA

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PRODETUR
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, EM
BODOQUENA-MS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO -
CAMPO GRANDE - MS
2004

OSANA DE LUCCA

**A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PRODETUR
– PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, EM
BODOQUENA-MS**

Dissertação apresentada à banca do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO -
CAMPO GRANDE - MS
2004

Ficha catalográfica

Lucca, Osana de

PRODETUR – Programa de desenvolvimento do Turismo – Serra da Bodoquena: um estudo sobre a participação popular 1 / Osana de Lucca; orientador, Sérgio Ricardo Oliveira Martins. Campo Grande, 2004.

65 p. il. + anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local

Orientador: Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Referências p. 59 – 63

1. Turismo – Aspectos econômicos 2. Turismo – Participação popular 3. Ecoturismo 4. Turismo – Bodoquena, Serra, (MS) I. Martins, Sérgio Ricardo de I. Título

CDD – 338.4791

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins

Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr^a Maria Augusta de Castilho

Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr^a Terezinha Bazé de Lima

UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados

DEDICATÓRIA

Para

Meu pai e minha mãe.

Ele...sábio e determinado

Ela... amiga e educadora.

Ambos responsáveis pela minha vitória.

A você, Moreira, que está sempre ao meu lado,

já faz parte da minha vida,

dos meus medos, das minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que tornaram os dois anos que permaneci na Universidade Católica Dom Bosco uma experiência muitíssimo gratificante, entre os quais destaco:

Os colegas: Andréia Haruko Arakaki, Anelize Martins de Oliveira, Carlos Alberto Pereira Cristiane de Castilho Merighi , Eliane de Matos , Eloine Marques de Carvalho do Santos . Ordylette Gomes Penque.

Os professores: Maria Augusta Castilho; Cleonice Alexandre Lê Bourlegat, Vicente Fideles de Ávila, Emília Mariko Kashimoto e Marcelo Marinho.

As Secretárias Liliane Valverde Nogueira e Ariane de Lima Zárate, pelo atendimento carinhoso e a compreensão dos nossos anseios.

Ao Engenheiro sanitarista e ambiental Aquino Pereira de Oliveira, grande mentor deste desafio e da realização deste sonho.

Agradeço sinceramente aos meus colegas de trabalho pela compreensão que tiveram com o meu afastamento do convívio provocado pelas intermináveis horas de pesquisas.

Aos funcionários do PRODETUR pelas inúmeras horas de trabalho despendidas na construção e aperfeiçoamento contínuo deste trabalho em especial aos funcionários

Guilhermina, Gislaine , Domingos Sávio e companheiro Milton Porto Carreiro Naveira pelo espontâneo apoio e contribuição com material e informações para que o tornássemos mais rico este trabalho.

A minha filha Renata de Lucca Sgarbi, por ser a razão da minha vida;

Aos meus irmãos Eliseu e Luís Roberto, pelo amor e amizade;

Agradeço a todos os entrevistados e a Secretaria de Turismo de Bodoquena, na pessoa do Secretário de Turismo senhor João Severino de Azevedo que gentilmente nos disponibilizaram informações e experiências locais.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Obrigado meu querido **Deus** por conceder- me o direito da realização deste trabalho, pois se o senhor não o permitisse jamais ele seria concretizado!!!

Ao Prof. Orientador Sérgio Ricardo Oliveira Martins pelas sempre bem-vindas críticas e sugestões a este trabalho.

Eloine Marques de Carvalho dos Santos , eu te agradeço por ser essa amiga tão especial, que demorei a encontrar. Mas que encontrei... É você!

*“Pouca ciência afasta o homem de Deus, porém
muita ciência a Deus o conduz”.*

Francis Bacon (1561-1626)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a participação popular no âmbito do Programa de desenvolvimento do Turismo em Bodoquena/MS focalizando a estrutura e instrumentos utilizados pelo Poder Público para a convocação à participação da sociedade civil organizada envolvida no desenvolvimento do turismo local na região. Na pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa de caráter exploratório, descritivo e analítico por enfatizar a compreensão da singularidade e a contextualização dos fatos e eventos encontrados. As estratégias delineadas no âmbito do PRODETUR/SUL tiveram por base a construção coletiva de um marco lógico. A pesquisa demonstrou, também, que o PRODETUR/SUL foi concebido para incentivar o turismo, com foco na dinamização e fortalecimento do município e da participação social, visando ainda o desenvolvimento regional tendo em vista a conquista da sustentabilidade e reais benefícios à população das áreas turísticas, mediante a implementação de novas estratégias baseadas na participação popular e fortalecimento da gestão local. No que tange à participação popular, observamos que a comunicação horizontalizada não vem correndo como esperado, porém a sociedade organizada se articula para que a serra da Bodoquena inclua-se como um pólo de destaque no turismo nacional.

Palavras-chave: Participação popular, desenvolvimento local, Prodetur, Bodoquena/MS.

ABSTRACT

This work aims at to analyze the popular participation in the extent of the Program of Development of the Tourism in Bodoquena/MS focusing the structure and instruments used by the Public Power for the summons to the participation of the organized civil society involved in the development of the local tourism in the area, under the eyes of PRODETUR. In the research the qualitative methodology of character exploratory, descriptive and analytical was used by emphasizing the understanding of the singularity and the contextually of the facts and found events. The delineated strategies had for base the collective construction of a logical mark. The research demonstrated, also, that PRODETUR/SUL was conceived to motivate the tourism, with focus in the dinamization and invigoration of the municipal district and of the social participation, seeking, still, the regional development in sustainability actions and real benefits to the population of the areas tourist beneficiaries, with the implementation of new strategies developed in the processes of the community's participation and invigoration of the local administration.

Word-key: Popular participation, local development, Prodetur, Bodoquena/MS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População por situação de domicílio, 1991 e 2000	62
Tabela 2 – Nível educacional da população jovem, 1991 e 2000	62
Tabela 3 – Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO E PARTICIPAÇÃO POPULAR	18
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL	18
1.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	24
1.3 O TURISMO: BREVE ABORDAGEM	30
CAPÍTULO II A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DO PRODETUR	34
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	34
2.1.1 Brasil turístico	35
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCALE TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL.....	39
2.2.1 Enfoque turístico	39
2.2.2 Estratégias de turismo do estado	43
2.3 TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA	43
2.4 O TURISMO NA COMUNIDADE.....	45
2.5 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR	48
2.6 A PARTICIPAÇÃO NO PRODETUR: PROPOSIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	51
CAPÍTULO III A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PRODETUR: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES	58
3.1 GESTÃO PARTICIPATIVA : MEIOS E MOBILIZAÇÕES	71

CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXO A	90

INTRODUÇÃO

O Brasil, devido a sua dimensão continental e situação geográfica e sua situação de maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de diversidade do planeta, tem sido alvo de pressões, seja de instituições multilaterais de crédito e cooperação, ou de governantes dos países desenvolvidos, por intermédio da imprensa ou das organizações não governamentais, no sentido da gestão responsável e sustentada dos recursos naturais, com respeito a preservação da identidade cultural de populações nativas.

Como um dos fenômenos marcantes da atualidade, o turismo é uma das mais pujantes atividades econômicas mundiais, sendo considerado um dos três líderes mundiais em produtividade, com a consequente ampliação da oferta de emprego e geração de renda. Entretanto, seu desenvolvimento sempre esteve pautado no mesmo molde de qualquer outra atividade humana - o enfoque econômico. Enquanto o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de amplas regiões naturais, tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos.

Com a ausência de um planejamento integrado, a exploração comercial do turismo vem contribuindo para o desequilíbrio ecológico, para a desagregação social e para a perda de

valores culturais das comunidades anfitriãs, além de danos à biodiversidade. O turismo passou a ser caracterizado como atividade de *massa* e tornou-se um voraz consumidor da natureza.

Este trabalho tem por premissa que a participação popular é o elemento central do desenvolvimento local e, tem por objetivo analisar a participação popular no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Bodoquena quanto aos recursos empregados e instrumentos utilizados pelo Poder Público para a convocação à participação da sociedade civil organizada e as motivações e expectativas da sociedade civil organizada envolvida no desenvolvimento do turismo local na cidade de Bodoquena- MS, sob os olhos do PRODETUR.

A metodologia utilizada pelo programa para propiciar a participação foi a do desenvolvimento local de caráter endógeno, que tem por características o esclarecimento e o entendimento das pessoas sobre os problemas, para que estas de forma participativa atuem no sentido da construção de uma situação futura melhorada. As estratégias delineadas pelo programa tiveram por base a construção coletiva de um marco lógico.

A pesquisa nos demonstrou que o PRODETUR/SUL – Programa de Desenvolvimento do Turismo, foi concebido para incentivar o turismo, com foco na correção e dinamização dos fatores mencionados, fortalecimento do município e da participação social. o programa também visa o desenvolvimento regional através do turismo através de ações que objetivem sua sustentabilidade e reais benefícios a população das áreas turísticas beneficiadas, através da implementação de novas estratégias desenvolvidas através de processos de participação da sociedade local, de investimentos públicos para a correção de fatores restritivos e do fortalecimento da gestão local.

Entretanto, para que o PRODETUR/SUL no município de Bodoquena possa efetivamente se constituir numa fonte de desenvolvimento da localidade e para que crie

mecanismos para que a própria sociedade encontre no programa identificação para que haja fortalecimento da gestão local, deve ser discutido democraticamente com a comunidade, de forma a respeitar cada traço da cultura regional e acomodar as peculiaridades de cada ecossistema, aliando os interesses comunitários com os da indústria do turismo que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural.

O referencial de democracia participativa que norteia este trabalho é o da constituição de espaços de debate, de deliberação e de ação política, para que o cidadão e amplos setores da sociedade possam exercer o controle social, fiscalizando a ação estatal e influindo na definição das prioridades.

A hipótese básica está constituída sobre o fundamento de que o protagonismo social exercido por meio da participação ativa na discussão e formulação das políticas públicas, de programas e projetos podem gerar uma nova governabilidade, centrada em fóruns de negociação e de produção de consensos, respondendo mais eficazmente às necessidades relevantes à vida em sociedade e promover o desenvolvimento local.

Dentro desta análise de documentos e direcionando o trabalho de forma organizada realizamos uma leitura nas entrelinhas das palavras escritas, analisando a comunicação expressa nos conteúdos do Programa.

Nesta etapa, todos os documentos e textos foram analisados, não interpretando as palavras expressas e sim o sentido que cada uma delas quer definir a participação da sociedade organizada dentro do Programa, como expressa Bardin (1995, p. 43-44), o pesquisador “trabalha explorando os dados, como um detetive”. Nesse sentido, a descrição do conteúdo foi a segunda etapa a ser cumprida.

Levando-se em consideração estes pressupostos, a pesquisa delineia-se em três capítulos.

No primeiro capítulo tecemos comentários sobre o desenvolvimento local, o capital social e a participação e turismo.

No segundo capítulo, analisamos a participação no PRODETUR, suas proposições e condições de participação popular; no terceiro capítulo fez-se uma análise e interpretação dos dados coletados, culminando com as considerações finais.

Dessa forma, a pesquisa levou-nos a entender que o desenvolvimento sustentável centra sua atenção na relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais. Entretanto, a grande preocupação volta-se às gerações futuras e à necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, principalmente, sustentável.

Diante disso, é possível, então, compreender que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode ser somente em ações de natureza ortodoxa, mas deve também, e fundamentalmente, procurar manter e ampliar o capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura de diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO LOCAL, TURISMO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A palavra desenvolvimento será aqui utilizada para indicar o processo de promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico.

Essa palavra, segundo Sachs (1993) está associada à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riqueza, daí a forte vinculação do termo desenvolvimento com progresso técnico, crescimento econômico, industrialização e modernização.

Ainda segundo Sachs, em muitos casos essas expressões têm sido utilizadas de modo intercambiável, como se fossem sinônimas. Isso se deve em grande parte às experiências de desenvolvimento vividas em diversos países e regiões, nas quais o crescimento econômico e a incorporação do progresso técnico tornaram-se a própria razão de

ser dos programas governamentais praticados, até então, em detrimento de outras questões, tais como, a erradicação da pobreza e dos desequilíbrios regionais.

É fato conhecido que muitos planos de desenvolvimentos implementados em vários países conseguiram modernizar suas estruturas produtivas, mas isso nem sempre levou a uma melhoria do padrão de vida da maioria da população. O Brasil talvez seja um dos exemplos mais eloquêntes de que crescimento econômico, industrialização e modernização podem conviver por longo tempo com profundas desigualdades sociais e regionais. O uso indiscriminado e pouco criterioso da expressão desenvolvimento sustentável, tem contribuído para dificultar o seu entendimento.

A definição dada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em *Nosso Futuro Comum*, e que já correu os quatro cantos do mundo, pode ser um ponto de partida para a compreensão do que vem a ser este novo modo de pensar o desenvolvimento. Para esta Comissão, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (1991, p.46).

Ainda conforme a citada Comissão, os principais objetivos de políticas derivados desse conceito de desenvolvimento são os seguintes: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório (p.33). Essas idéias comungam com os objetivos do PRODETUR para efeitos de desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (1993), a sustentabilidade econômica refere-se não só à necessidade de manter fluxos regulares de investimentos, uma preocupação dominante nos planos de desenvolvimento tradicionais, mas também à gestão eficiente dos recursos produtivos. Além disso, é necessário que os benefícios do crescimento econômico fiquem na região ou local para fortalecer as fontes endógenas de poupança e investimento. Já a sustentabilidade ecológica, como o próprio nome indica, refere-se às ações para evitar danos ao ambiente, causados pelos processos de desenvolvimento.

De acordo com o relatório ‘Nossa diversidade criadora’, elaborado pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, “o desenvolvimento divorciado de seu contexto humano e cultural não é mais do que um crescimento sem alma. O desenvolvimento econômico, em sua plena realização, constitui parte da cultura de um povo” (UNESCO, 1997, p. 21).

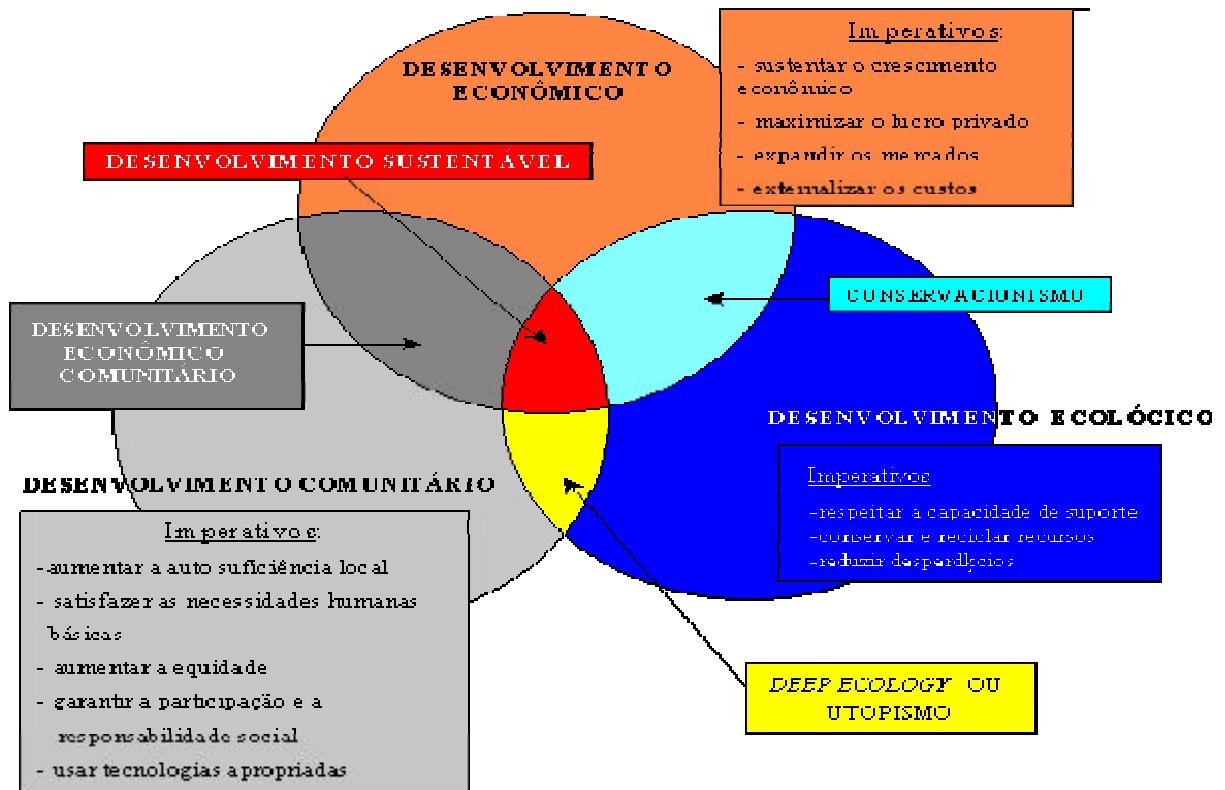
Em outras palavras, as formas de desenvolvimento são determinadas, em última análise, pelos fatores culturais, por isso, não faz sentido falar de desenvolvimento e cultura como conceitos separados e estanques, já que o desenvolvimento e a economia fazem parte ou constituem aspectos da própria cultura de um povo (UNESCO, p. 32-3).

De acordo com o International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI, 1996), desenvolvimento sustentável objetiva reformar a economia global e regional, cujo desafio é desenvolver, testar e disseminar meios para mudar o processo de desenvolvimento econômico de modo que ele não destrua os ecossistemas e os sistemas comunitários, tais como, cidades, vilas, bairros e famílias.

No nível local, o desenvolvimento sustentável requer que o desenvolvimento econômico local apóie a vida e o poder da comunidade, usando os talentos e os recursos locais. Isso vai de encontro ao desafio de distribuir os benefícios eqüitativamente e mantê-los

no longo prazo para todos os grupos sociais. E só pode ser alcançado prevenindo os desperdícios ecológicos e a degradação dos ecossistemas pelas atividades produtivas (ICLEI, p.1). Verificamos que o PRODETUR, também, tem a mesma visão.

Figura 1 - Desenvolvimento sustentável no nível local



Fonte: ICLEI (1996).

Para o ICLEI (1996), assim como para os objetivos do PRODETUR, em nível local existem sempre três diferentes processos de desenvolvimento, a saber, desenvolvimento econômico, comunitário e ecológico, cada qual com seus diferentes imperativos conforme citados na Figura 1.

Com freqüência esses imperativos apresentam contradições entre si. Exemplos, a externalização dos custos para maximizar o lucro privado, um imperativo econômico, pode ir contra o imperativo ecológico de valorizar e conservar os recursos naturais; a expansão dos mercados globais e a integração das economias nacionais em programas de ajustes estruturais

e de acordos de livre comércio podem debilitar o imperativo comunitário de auto-suficiência local e de satisfação das necessidades humanas básicas.

Assim, para o ICLEI, desenvolvimento sustentável é um processo para conduzir estes três tipos de desenvolvimento com equilíbrio. Como mostra a Figura 1, o desenvolvimento sustentável é representado pela interseção desses três processos de desenvolvimento e não se confunde com o conservacionismo, com o desenvolvimento econômico comunitário e com a *deep ecology* ou o utopismo, cada um representando uma interseção com apenas dois desses processos.

O PRODETUR/SUL (2002) visando investir em infra-estrutura turística, de forma planejada e sistêmica; busca formas de garantir a participação dos atores envolvidos no processo turístico e a responsabilidade social, satisfazendo as necessidades humanas básicas com o uso de tecnologias adequadas para promover o turismo regional sustentável e participativo.

Portanto, a maioria das pessoas esclarecidas está convencida de que é preciso fazer alguma coisa face aos graves problemas sociais e ambientais, o difícil é começar a fazer agora, dar os primeiros passos. De forma análoga, também surgem conflitos entre as perspectivas globais e as nacionais, regionais e locais. Qualquer política de desenvolvimento sustentável regional ou local, referindo Carvalho (2000) e Ávila (2001), não pode perder de vista os problemas globais, isto é, ela deve ser formulada também com o objetivo de contribuir para a solução ou redução desses problemas no seu nível de atuação espacial. Esse é o sentido da expressão *pensar globalmente e agir localmente*, que se tornou uma espécie de axioma do desenvolvimento sustentável.

A Serra da Bodoquena destaca-se, regionalmente, como uma área promissora dentro do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, o Estado busca seu desenvolvimento nos

moldes do PRODETUR. O município de Bodoquena, até recentemente, uma pacata cidade, praticamente desconhecida, escondida nos sopés da Serra da Bodoquena, aparece no cenário sul-mato-grossense como uma região de expressão, especialmente pela fama propiciada pelo recente advento do fenômeno turístico, além das reservas de recursos naturais (fauna e flora) (BENEVIDES, 1999).

Em termos econômicos, a região participa regularmente na economia do Estado. Entretanto, considera-se que o potencial de que dispõe tende a aumentar sua participação, o que determinaria numa intensificação na transformação de seu espaço. Os recursos, tanto reais quanto potenciais da região, funcionam como elementos atrativos para o poder econômico.

A própria valorização do espaço teve uma elevação nos últimos anos, fato consumado com o advento do turismo e pela melhoria nas condições de acesso. Investimento em hotelaria demonstrando o interesse que a região desperta. Aliado a isso, outras atividades acabam por surgir ou intensificar-se, à medida que novos recursos são exigidos.

Com esse entendimento, a nossa pesquisa tem a pretensão de estudar as manifestações, explícitas ou implícitas, de potencialidades básicas para o desenvolvimento, de caráter endógeno, na dimensão comunitário-local da micro-região da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul em conformidade com o PRODETUR/SUL (2002). E, para tanto, vimos a necessidade de estudar as manifestações, explícitas e implícitas no ambiente, com a identificação e análise das potencialidades básicas da região.

As potencialidades detectadas referem-se, citando Bandeira (1999), tanto ao viés do desenvolvimento turístico como ao caráter geral do referencial teórico do Desenvolvimento Local, onde os lugares aparecem como micro-territórios conectados em rede, ao mesmo tempo inseridos em diferentes escalas territoriais (regionais, nacionais, macro-regionais).

Como essas localidades estão inseridas em um leque de relações com áreas externas, as externalidades interpenetram seus ambientes. Segundo Petrocchi (1998), são efetivamente as práticas sociais vividas historicamente no processo de construção das territorialidades que atribuem virtualidades às localidades, graças às forças sinérgicas geradas pela cooperação social (a força do lugar). Os comportamentos inovadores não são nacionais e nem regionais, mas se originam de variáveis definidas no nível local, ou seja, nascem nos locais, mesmo quando estimuladas por variáveis originárias de outras escalas.

Desse modo, a manutenção da integridade da vida humana em cada território depende da constante capacidade coletiva para se aperfeiçoar, criando inteligentemente novas situações de manutenção da dinâmica do sistema sócio-ambiental. A sustentabilidade do ser humano e de seu ambiente de vida origina-se da inteligência social para cooperar, criar e incorporar o novo, otimizando energias e recursos internos, combinando-os com recursos externos (SAAB, 1999). Trata-se de uma forma de desenvolvimento que busca transformar cada ser em sujeito e objeto de sua própria história, num processo em que a mudança é capitaneada antes pelo desenvolvimento de si mesmo.

1.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR

Um requisito que se depreende do conceito de desenvolvimento sustentável é a necessidade de ampliar a participação da população nos processos decisórios. Esse requisito, de acordo com BNDES (2000), está diretamente associado à sustentabilidade política. Isso significa considerar a participação efetiva de uma multiplicidade de atores que compõem uma dada sociedade nos processos de tomada de decisão. Participação efetiva não se reduz ao exercício do direito de votar para escolher os governantes e os representantes no legislativo.

Talvez uma das formas mais efetivas de participar seja por meio da sociedade civil organizada para defender direitos, promover ajuda humanitária, difundir informações, proteger o meio ambiente, etc.

Segundo Bordenave (1983, p. 8) a “participação não parece estar acompanhada de um conhecimento generalizado do que ela é, de seus graus e níveis, de suas condições, sua dinâmica e suas ferramentas operativas”, há, então, “... uma necessidade não satisfeita de saber em que consiste a participação na construção de uma sociedade solidária”(p. 9). Para esse autor, a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo (p. 16).

Concluímos, portanto, que a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

A Agenda 21¹ dedica vários de seus capítulos ao fortalecimento do papel dos principais grupos sociais, tais como, as mulheres, os jovens, as populações indígenas, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os sindicatos, as empresas etc. E recomenda a criação de novas formas de parcerias entre eles e a ampliação do acesso às informações que as autoridades estatais possuem sobre questões relevantes ao processo de desenvolvimento regional.

Vale lembrar que, segundo Sachs (1986), para os que defendem o ideário neoliberal, a melhor política pública é a ausência de política, pois o mercado é tido como muito mais eficiente do que o Estado para alocar recursos, promover o crescimento

¹ BRASIL/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Agenda 21 Brasileira: bases para discussão. www.mma.gov.br. Acesso em 23.8.2004.

econômico e, por decorrência, o bem estar da população, pois o fortalecimento do Estado é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Não se trata de voltar ao passado, ao Estado produtor de bens e serviços privados, mas fortalecer sua capacidade de regulamentar e induzir o comportamento dos agentes privados para que estes se ajustem aos objetivos do desenvolvimento em todas as dimensões de sustentabilidade.

Ainda, de acordo com Sachs (op. cit.), um programa de desenvolvimento sustentável regional ou local necessita de instrumentos eficazes de regulação governamental para controlar as fontes de poluição como, por exemplo, exigindo níveis aceitáveis de emissões. Necessita também de instrumentos econômicos para estimular práticas ambientais saudáveis e desestimular as adversas, tais como, a adoção do princípio do poluidor-pagador, incentivos à utilização de produtos que contenham material reciclado etc.

Em suma, uma política de desenvolvimento sustentável requer a participação do Estado, dos agentes privados, empresas, consumidores, e entidades da sociedade civil organizada. Como diz Claus Offe “a diminuição do Estado pela diminuição do Estado é um dogma assim como a defesa cega do estatismo. Um Estado bom não é um Estado pequeno, mas aquele que atende com mais eficiência aos anseios dos cidadãos”² .

Dessa forma, as diretrizes do PRODETUR/SUL para o desenvolvimento turístico na Serra da Bodoquena buscam aumentar a auto-suficiência local, aumentando a eqüidade entre a população da região, constituindo-se em pontos de partida para começar a pensar políticas de desenvolvimento sustentável local no âmbito do turismo.

² Veja, 8 de abril de 1.998; p 11-15.

De acordo com Martins (2002), de nada adianta o desenvolvimento local em escala humana do produto turístico, se não houver uma divulgação desse produto num processo de comunicação horizontal, um plano de publicidade e propaganda para expor nos mais diversos lugares e entre as populações mais diversas, os atrativos turísticas da região. O papel das agências de viagens e turismo e da população é de grande relevância, pois são eles que irão vender o produto no local e em outras regiões ou países. Além de outras formas de exposição do produto turístico local como feiras, congressos e outros tipos de eventos.

Certamente outros fatores contribuem para o desenvolvimento turístico da região, como os cuidados com a sinalização turística, a segurança pública, disponibilidade de informações turísticas em pontos estratégicos, a limpeza e organização da cidade que deseja atrair visitantes, bem como a comunidade local estar ciente do valor de sua contribuição para o crescimento da atividade turística (BENI, 1997). Principalmente quando a Região se encontra geograficamente bem localizada, em relação dos turistas que vêm de todos os cantos do país e do mundo, como é o caso da Serra da Bodoquena.

Citando Fellini (1983), turismo de qualidade conseguir-se-á com ambiente natural, com um patrimônio de qualidade, com educação e formação dos profissionais do setor, e de todo um povo com quem o turista manterá contato e acreditamos que esta ação deve ter íntima relação com os objetivos do PRODETUR.

A Serra da Bodoquena, repleta de atrativos turísticos e potencialidades, aguarda para ser explorada de modo que possa oferecer um produto ecoturístico de qualidade, que contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, defesa, preservação e valorização do patrimônio cultural, onde a arquitetura regional, a gastronomia, o folclore, o artesanato, os jogos tradicionais, os usos, costumes e tradições constituem expressão de grande interesse turístico.

Por meio da análise do perfil gerencial dos empresários de turismo da Serra, entrevistado nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, verificamos que há uma conscientização turística crescente entre esse setor e a população local. A importância da ênfase nas pessoas é pela sua participação direta no contato com o cliente, a necessidade da qualificação através de um programa de treinamento, pode ser instrumento de auxílio para esse desenvolvimento.

Os empresários destes segmentos possuem grandes expectativas em relação ao desenvolvimento turístico da região, acreditam que o Mercosul está trazendo maiores oportunidades de negócios, maior número de eventos. Pois, segundo eles, estreitamente ligados com o PRODETUR e com a população local, estão-se preparando para suprir este mercado, buscando infra-estrutura para atender as necessidades desta nova demanda. Esperam, também, que a Administração Pública faça a sua parte, em termos de oferecer uma infra-estrutura básica, dando à região um aspecto agradável, para atrair um número maior de turistas (ANDRADE, 1998).

Percebe-se, com isso, que a vontade de desenvolver a região como pólo turístico é grande, pois estão cientes dos benefícios econômicos e também sociais que o turista é capaz de trazer. Momento este que não pode ser desperdiçado, pois há interesse do Governo do Estado de incentivar o Turismo na Região Central do Mato Grosso do Sul.

Precisa-se, sim, de empreendimentos novos e audaciosos, empresários com espírito criativo e dinâmico, capazes de organizar todos os tipos de turismo e evidenciar a importância de uma nova conscientização das potencialidades existentes e da necessidade de investir na indústria sem chaminés, não poluidora, geradora de recursos econômicos com a dinamização do comércio, artesanato, hotelaria, gastronomia, gerando mais empregos e

alavancando o progresso. A necessidade da integração dos empresários, do governo e da população local para, unidos, buscar o desenvolvimento turístico (RUSCHMANN, 1981).

Não há um único caminho para iniciar um processo de desenvolvimento sustentável local. O PRODETUR é uma referência importante, mas há muitas outras que também devem ser consideradas, como os elementos que compõem os índices de Desenvolvimento Humano e de condições de vida.

Este processo deverá perseguir objetivos múltiplos e conflitantes, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Assim, é razoável supor que já se está em curso uma verdadeira cruzada mundial em prol do desenvolvimento sustentável local com a participação popular, pois cada vez mais as pessoas se dão conta de que, embora vivam no local e não no global, somente o fortalecimento daquele poderá garantir que as promessas da globalização se cumpram. As propostas de desenvolvimento sustentável não colocam em oposição o local e o global, no sentido de ou um ou outro, mas sim em confronto onde um não anula o outro, pois são entidades distintas e que se excluem mutuamente, mas que fazem parte da realidade na qual se pretende atuar (BORDENAVE, 1983).

A idéia de desenvolvimento faz parte do anseio da maioria dos povos e está inscrito como um dos direitos humanos inalienáveis. A Assembléia Geral da ONU³ declara que “o direito ao desenvolvimento é um direito inalienável do homem em virtude do qual toda pessoa e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de modo que todos os direitos e liberdades fundamentais do homem possam ser realizadas plenamente, e de beneficiar-se desse desenvolvimento”. Como se vê, o desenvolvimento é colocado como uma condição prévia para que os direitos e

³ Resolução 41/128 de 04/12/86, Art. 1.º.

liberdades humanas fundamentais possam ser realizados. Assim, promover o desenvolvimento é dever dos governantes, mas não só deles, mas contando com ativa participação popular.

1.3 O TURISMO: BREVE ABORDAGEM

Viajar para lugares distantes, reconhecer novas terras, diferentes povos e culturas são atividades que remontam à antigüidade. Segundo Robert McIntosh, citado por Ignarra (1999), as viagens de visitação como parte do movimento turístico surgiram com os babilônios por volta de 4000 a.C. Mil anos depois, o Egito já recebia turistas para contemplar as grandes pirâmides.

Têm-se notícias, já no século XVIII, de jovens aristocratas ingleses que faziam longas viagens de estudo, o “*grand tour*”, repleto de atrativos prazerosos que denominavam de “turísticos” (ANDRADE, 1998).

Todavia, foi no início do século XIX, no período de formação da sociedade capitalista, que o turismo foi reconhecido como atividade econômica e rentável, diretamente relacionada ao desenvolvimento tecnológico e a produtividade, como identificam alguns autores, entre eles Ignarra (1999) e Oliveira (1998).

“O advento das ferrovias no século XIX, propiciou deslocamentos a distâncias maiores em períodos de tempos menores. Com isso o turismo ganhou grande impulso. Na Inglaterra, desde 1830 já existiam linhas férreas que transportavam passageiros. Em 1841, Tomas Cook organizou uma viagem de trem para 570 passageiros entre as cidades de Leicester e Loughborough, na Inglaterra. A viagem foi um sucesso...”(IGNARRA, 1999, p.18).

“O desenvolvimento dos meios de transportes, como o navio e o trem, associado ao crescimento das cidades, à evolução dos meios de comunicação e à industrialização, fez com que o setor turístico, paulatinamente, despontasse como setor econômico” (OLIVEIRA, 1998, p.89)

Nesta fase, o turismo era uma atividade voltada para a elite, símbolo de *status* social e produto do desejo da maioria da população. Somente no fim do século XIX, no período de desenvolvimento industrial, do trabalho remunerado e das férias obrigatórias, a classe média passou a participar das atividades turísticas. Já, na primeira metade do século XX, esta participação efetivou-se e as viagens, o lazer e o ócio transformam-se em necessidades básicas dos indivíduos, independente de sua classe social e poder aquisitivo.

As primeiras interpretações e conceituações que referenciam a atividade turística, como é reconhecida nos dias modernos, surgiram após 1930, na Faculdade de Economia de Berlim, quando foi criado o primeiro “Centro de Pesquisas Turísticas”. Seu objetivo era analisar e conceituar o turismo sob o ponto de vista econômico, reconhecendo seus bens de consumo, serviços, dispositivos legais, normatizações e capacitação da mão-de-obra. Nesta etapa, conceituou-se o turismo como sendo:

“...a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e fora de um país cidade ou região”(Herman Von Schullar, citado por IGNARRA, 1999, p.23).

“... uma ocupação de espaços por pessoas que afluem à determinada localidade, onde não possuem residência fixa”(Gluscksmann & Benscheid, citado por ANDRADE, 1998, p.34).

Alguns anos depois, em contraposição aos conceitos defendidos pela Escola de Berlim, surgiram interpretações voltadas para dimensões sócio-culturais, reconhecendo o turismo como:

“... um fenômeno social que consiste no movimento voluntário e temporal de indivíduos ou grupo de pessoas fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, deslocam-se do local que residem a outro no qual não exerçam nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações e importância social, econômica e cultural” (Padilla, 1994, p.15).

No início dos anos 1990, Jafar Jafari, citado por Beni (1997, p. 26), vai além deste cunho simbólico, apresentando uma lógica holística do turismo, considerando-o como: “O

estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e sócio-cultural da área receptora”.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), a atividade turística emprega uma, em cada nove pessoas economicamente ativa, criando 745 empregos/dia com previsão para ocupar 348 milhões de pessoas até o ano de 2005 e participar em 10,7% dos investimentos mundiais. Porém, em contrapartida, os custos sociais e ambientais gerados pela atividade são elevados.

Entendemos, dessa forma, que esse processo de desgaste dos tradicionais produtos turísticos está fazendo com que muitos empreendedores e turistas busquem novas regiões de consumo. Diante disso, muitos pesquisadores, estudiosos, organizações e ambientalistas voltaram-se para a construção de um discurso, ressaltando a importância do turismo com responsabilidade ambiental, voltado para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas e aproveitamento consciente das novas áreas de consumo, entre elas as naturais e rurais e contando com a participação popular.

Na atualidade, vários autores, entre eles Graça Joaquim (1997), ressaltam a promoção de um turismo globalmente responsável, traduzida pela sustentabilidade ecológica, social e econômica.

Segundo Castelli (1998), fala-se de um turismo alternativo em oposição ao modelo dominante, considerando-o como um "novo desenvolvimento" ou, mesmo, "desenvolvimento alternativo" que objetiva proporcionar outras opções para o fortalecimento regional das áreas com potencial turístico.

Dessa forma, analisamos que, juntamente com o PRODETUR, as políticas para o turismo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a comunidade regional, pode-se desenvolver um turismo sustentável para a micro-região da Serra da Bodoquena.

CAPÍTULO II

A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DO PRODETUR

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A função turística que as cidades e espaços rurais vêm assumindo no atual contexto de expansão do turismo mundial tem sido muito discutida e têm influenciado de forma significativa a reorganização e reestruturação desses territórios em vários países e regiões.

A participação das populações residentes nos aspectos que envolvem a expansão do turismo no município de Bodoquena, bem como o planejamento e a definição de como vão ser implantadas as políticas públicas em torno da promoção do desenvolvimento turístico, por decorrência da implantação do PRODETUR são alguns dos temas que permeiam o debate proposto. A pretensão é contribuir, a partir de enfoques teórico-metodológicos, para a análise da realidade em contexto local.

No espaço rural brasileiro, as atividades turísticas começaram a se desenvolver há, aproximadamente, 20 anos e ainda se confundem em seus múltiplos conceitos. Voltado

principalmente para a realidade do campo, com suas tradições e culturas, também é denominado de turismo rural, turismo de interior, turismo alternativo, turismo endógeno, turismo verde e turismo de campo. Estes tipos de turismo são predominantes na região de Mato Grosso do Sul e estão integrados com várias modalidades e diferentes possibilidades de práticas agropecuárias cotidianas, com a criação de animais silvestres como o javali, capivara, avestruz, aves exóticas, atividades esportivas, culturais, medicinais, ou mesmo voltadas para práticas tipicamente urbanas.

2.1.1 Brasil turístico

No início dos anos 80, em Lages, Santa Catarina, cidade que inclusive foi batizada de “Capital Nacional do Turismo Rural”, surgiu esta modalidade de turismo em resposta às dificuldades financeiras enfrentadas por produtores rurais da região.

Em um primeiro momento, a Fazenda Pedras Brancas, pioneira na atividade, recepcionava turistas ofertando algumas atividades lúdicas relacionadas ao cotidiano da fazenda. Neste “dia de campo”, o visitante era recepcionado pela manhã, permanecendo até o anoitecer, participando da tosa das ovelhas, do plantio e da colheita. Outras iniciativas se multiplicaram rapidamente e, num segundo momento outras fazendas começaram a ofertar hospedagem, além do dia de campo (RODRIGUES, 2000).

No fim dos anos 80, em São Paulo, na região de Mococa, um grupo de proprietários se reuniu e construiu um produto turístico formado por 15 antigas fazendas da região, ofertando cavalgas, hospedagem e gastronomia típica. Em 1991, surgiu o primeiro empreendimento turístico no espaço rural mineiro, na Fazenda do Engenho, em Carrancas.

Em 1993, o turismo de empreendimento rural passa a ser também desenvolvido em Lavras do Sul, no Rio Grande do Sul, propagando-se rapidamente pelo país.

O Rio Grande do Sul é um estado que prima pela preservação de suas tradições culturais, por isso, o governo daquele Estado adotou uma política de desenvolvimento e fomento do turismo de empreendimento rural e de promoção cultural, por meio da qual vem apoiando a atividade, criando rotas rurais com o objetivo de reunir propriedades e municípios próximos para valorização do produto local, por exemplo, a uva e o vinho, ou de uma característica marcante, por exemplo, a colonização italiana. O governo estadual vem apoiando, também, o surgimento das “fazendas-pousadas”, na região pecuarista da Campanha Gaúcha. Naquele estado, já existe uma associação representativa constituída, a Associação Gaúcha de Turismo Rural e Ecológico – AGATUR.

Santa Catarina, o berço das atividades turísticas nos espaços rurais no Brasil, possui atualmente cerca de 1.200 leitos rurais, assim distribuídos: 80% no Planalto Serrano; 5% no Vale do Itajaí e os 15% restantes espalhados pelas demais regiões. Neste estado, foi criada a Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR, inicialmente como associação representativa dos empreendedores do turismo de Lages-SC, hoje atuando em âmbito nacional (ZIMMERMANN, 1999).

O Paraná encontra-se em fase de estruturação das atividades turísticas no espaço rural, sendo possível identificar alguns empreendimentos isolados, como no município de Castro.

Em São Paulo, o fortalecimento do turismo em áreas rurais aconteceu depois de 1996, por meio do programa de fomento “Volta ao Campo” do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Mas, antes já existiam alguns empreendimentos espalhados pelo Vale do Paraíba e na região de Mococa.

Atualmente, é possível verificar atividades voltadas para o cotidiano do campo e em Áreas de Proteção Ambiental - APA. Em Sousas e Joaquim Egídio, Campinas, ativaram-se projetos voltados para o reconhecimento pelos turistas do cotidiano agropecuário das propriedades ali inseridas e em municípios, como Amparo e São José do Barreiro, com belas e antigas fazendas.

Existe também o Roteiro das Terras, composto pelos municípios de Araraquara, Descalvado e Porto Ferreira, com suas belas e tradicionais fazendas, plantações de cana-de-açúcar e laranja, oferecendo ao turista, hospedagem, esportes e lazer e o Roteiro Agrícola na região de Marília, ambos formatados pela Coordenadoria de Turismo da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado.

Minas Gerais é o estado brasileiro que detém o maior número de empreendimentos voltados para atividades turísticas no espaço rural, oferecendo um produto voltado para a tradição agropecuária, enriquecido pela arquitetura de suas antigas fazendas igrejas e monumentos, serras, cachoeiras e muitos outros atrativos que disponibilizam um grande número de opções. Em Minas já existem algumas associações representativas do turismo de empreendimento rural, como a Associação Mineira de Turismo Rural e a Astral Associação Sul-mineira de Turismo Rural - AMETUR, entre outras.

Em Pernambuco, há cerca de cinco anos, surgiram os primeiros empreendimentos, no município de Garanhuns. Atualmente, está sendo implantado o “Roteiro dos Engenhos”, que congrega algumas antigas propriedades agrícolas, com bela arquitetura, produtoras de cana-de-açúcar e aguardente.

O Espírito Santo apresenta especial aptidão para as atividades turísticas no espaço rural voltadas para a valorização do cotidiano produtivo das propriedades agrícolas, principalmente nos municípios de Afonso Cláudio, Venda Nova do Imigrante. Neste Estado,

existe uma associação representativa constituída e uma proposta governamental para o fomento da atividade, denominada “Proposta Piloto do Programa do Agroturismo”, desde 1990.

O Rio de Janeiro apresenta um grande potencial para a atividade turística no espaço rural, graças à rica tradição regional, belezas naturais e antigas fazendas. Este conjunto propicia, ao turista, momentos de descanso, lazer e reconhecimento do cotidiano das propriedades, principalmente nas regiões serranas, como no município de Nova Friburgo na região serrana e em Vassouras, onde existe a “Rota do Café”.

Na Bahia, a partir de 1999, o SEBRAE, em parceria com o governo do Estado e universidades estaduais, vem promovendo alguns planos de desenvolvimento regional. Entre eles, a “Rota do Cacau”, que congrega alguns municípios cacaueiros, com antigas fazendas de grande beleza e riqueza arquitetônica, proporcionando ao turista, hospedagem, alimentação, dia de campo e lazer. É possível reconhecer atividades de turismo de empreendimentos rurais, nas regiões de Ilhéus, Itabuna, Chapada Diamantina e na periferia de Salvador.

Nos estados de Goiás, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Amazonas, existem alguns empreendimentos voltados para o turismo de empreendimento rural, tanto para o turismo rural, como para outras modalidades. Contudo, não há políticas de incentivo ou propostas significativas, pelo menos até 1999, data em que estas informações foram coletadas.

No Distrito Federal, na periferia de Brasília, existem restaurantes rurais e propriedades que oferecem ao turista a oportunidade de passar o dia na roça, conhecer o cotidiano produtivo e comprar os produtos regionais.

No Mato Grosso, o exotismo da Chapada dos Guimarães fez com que fossem viabilizadas políticas de incentivo ao ecoturismo.

No Mato Grosso do Sul, desenvolvem-se atividades voltadas à visitação ecológica e ambiental nas regiões próximas a Campo Grande, Serra da Bodoquena e o Pantanal, em propriedades rurais particulares, que oferecem hospedagem, alimentação, programas de pesca, “tours” a cavalo ou de carro, safáris fotográficos, churrascos tipo pantaneiro e excursões pela mata. Em nosso estado, existe a Sociedade Guaikuru de Desenvolvimento Para o Turismo Rural, em Campo Grande, conforme será mais bem especificado mais adiante.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCALE TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

2.2.1 Enfoque turístico

A exploração do turismo no Estado de Mato Grosso do Sul está direcionada num enfoque ecológico, onde o objetivo máximo é a proteção integral dos ecossistemas das unidades de conservação e, ainda, está associada à utilização de objetivos educacionais, recreativos e científicos. Para a implantação de programas turísticos de visitação às áreas protegidas, o zoneamento deverá definir padrões e formas de uso. Este trabalho tem por pretensão verificar em que nível ocorre a participação das pessoas neste processo, onde a preocupação com o desenvolvimento social aparece, mas em caráter secundário ao econômico.

O desenvolvimento econômico do Estado está associado à diversificação, ampliação e modernização de setores da economia, especialmente do turismo. Desta maneira o Estado está criando mecanismos que visam atração de investimentos, atuando como agente articulado, juntamente com os setores sociais envolvidos na política de desenvolvimento do turismo.

Entidades engajadas na promoção e desenvolvimento do turismo sustentável na região têm se esforçado, buscando integração entre os diversos segmentos políticos e civis do estado de Mato Grosso do Sul, e serão ouvidas neste trabalho.

No âmbito estatal foi criado o Conselho Estadual de Gestão das Políticas de Desenvolvimento Sustentável - COGEDES, com o objetivo de articular as ações do Governo voltadas para o Meio Ambiente e o desenvolvimento sócio-econômico de Mato Grosso do Sul, tendo como base o “Plano MS 2020 - Cenários e Estratégias de Longo Prazo e no Planejamento Estratégico Situacional do Governo”, documento que traça estratégias de desenvolvimento Estado para os próximos 20 anos. Conforme consta deste documento, a intenção é que o conselho tenha articulação com os órgãos executores e padronize a implementação das políticas públicas. Entre suas atribuições, o COGEDES deve ter identidade com as necessidades da sociedade, avaliar os impactos dessas ações com a população e fomentar o crescimento econômico de Mato Grosso do Sul, com inclusão social e respeito ao meio ambiente.

Dentro desta análise, Gomes e Martins afirmam que:

[...] o desenvolvimento em escala humana se constrói a partir do protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa, levando em conta a diversidade cultural, étnica, com autonomia dos espaços onde as pessoas se sintam protagonistas e que isso seja num contexto democrático onde se estimula a participação, propostas criativas e que se surgindo de baixo ou de cima, devem coincidir com as aspirações, sonhos e desejos de cada pessoa. (MARTINS e GOMES, 2004, p. 1).

O Programa de Desenvolvimento da Infra-estrutura Turística da Região Sul de Mato Grosso do Sul - PRODETUR/SUL

O Programa foi concebido em um trabalho conjunto com o Governo Federal e os estados da região Sul, incluindo o Mato Grosso do Sul, focado em áreas prioritárias, buscando integrar interesses regionais para dinamização das atividades econômicas dos estados por

meio de incentivo a atividades turísticas e objetiva viabilizar recursos junto ao Banco Interamericano de desenvolvimento – BID, para o fomento e incremento da infra-estrutura.

Segundo consta do Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil – PRODETUR/Sul, o programa objetiva incrementar a renda turística regional pelo aumento do fluxo turístico, da taxa de permanência e do gasto de turistas na região, através da consolidação, ampliação e melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados, via priorização de ações que mantenham e expandam sua crescente indústria turística, contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico. A estrutura institucional do Programa foi delineada visando a integração dos distintos níveis de execução e controle, com o de participação e controle social, o que será verificado por este trabalho, buscando identificar, inclusive, neste aspecto em que nível está colaborando, de fato, para o desenvolvimento local.

A estrutura do Programa teve suas preliminares no primeiro semestre de 1999, efetivando-se pelo Ministério do Esporte e Turismo a mobilização das estratégias de ação e os respectivos projetos. Em decorrência, os estados foram instados a se organizarem para a viabilização dos trabalhos, revendo as estratégias estaduais de desenvolvimento turístico, observando-se as novas diretrizes. Devem participar do processo os governos locais e as comunidades envolvidas, destacando-se a orientação para a diversificação turística produtiva da região.

Assim, as principais diretrizes que apóiam o programa indicam a necessidade de aproveitamento das potencialidades turísticas, superação das fragilidades dos recursos disponíveis, desenvolvimento sustentável com gestão participativa do Pólo Ecoturístico da Serra da Bodoquena e seu entorno de forma que se destaquem os produtos turísticos diferenciados existentes na região.

A concepção de estratégias de desenvolvimento local e gestão participativa pelo turismo encontra-se no âmbito de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza (RODRIGUES, 1997).

Nas regiões carentes ou estagnadas são acatadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desniveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

Benevides (1996) postula que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países como o Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo esse autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e que acarreta tendências ambientais menos degradantes. Ressalte-se, a manutenção da identidade cultural dos lugares tendo na comunidade os atores do processo, favorece o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

No mesmo sentido, Portuguez (1999), ao tratar do turismo e desenvolvimento local, estudando o turismo rural, comenta que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais. Nesse sentido, destaca que o turismo não necessariamente, rompe com o ideal de acumular rendimentos, mas considera, a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio e a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade.

2.2.2 Estratégias de turismo do estado

Representado por sua exuberante beleza e diversidade de seus recursos naturais, o potencial turístico do Estado de Mato Grosso do Sul é considerado como elemento propulsor do desenvolvimento sócio-econômico. Assim, elaborou-se um estudo denominado Macro-estratégia Turística, abordando o produto turístico do Estado e respeitando-se os preceitos de conservação do meio ambiente, envolvendo o planejamento integrado para a manutenção dos seus recursos naturais, humanos e culturais.

A estratégia para a região da Serra de Bodoquena, onde está localizado o município de Bodoquena envolve a implantação de complexos turísticos qualificados, infra-estrutura básica de apoio ao turista, centro de referência da cultura indígena, estruturação das áreas de maior fluxo de turistas, plano de marketing, centro de formação profissional, ordenamento do uso e controle do solo e organização de roteiros turísticos orientados em sua diversidade de opções (PRODETUR/SUL-MS, 2002).

2.3 TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Segundo dados da Secretaria Municipal de Turismo do Município de Bodoquena (2003, p.142) o turismo mostra-se como uma alternativa viável ao desenvolvimento econômico e social de regiões como a de Bodoquena, baseado na conservação ambiental, na valorização dos aspectos culturais e no envolvimento da comunidade, somado ao grande fluxo de visitantes nacionais e internacionais, evidenciando a necessidade de investimento em ações de planejamento e organização da atividade do turismo sustentável nessa região. Se a atividade turística for exercida de forma profissional e planejada, poderá gerar resultados

econômicos e sociais satisfatórios e ao mesmo tempo assegurar sua sustentabilidade no longo prazo, protegendo o patrimônio natural e cultural.

Spagnolo (1999 apud BIALOSKORSKI NETO, s/d) para quem o social pode ser definido como a diferença de incremento de poder presente nas relações sociais, “que poderá ser interpretada também como a habilidade de determinado grupo de agentes – comunidade – quando atados em relações sociais horizontais que disciplinam o comportamento individual”. O autor explicita que cada pessoa apresenta na comunidade funções linearmente separadas e a cooperação entre elas ocorrerão se houver ganhos produtivos para suportarem coletivamente situações estritas de escassez e/ou limitações, constituindo o capital social de uma comunidade.

O desenvolvimento sustentável do turismo na região da Serra da Bodoquena teve suas estratégias delineadas com base no Marco Lógico desenvolvido pela empresa de consultoria alemã GTZ (Gesellschaft Technische Zusammenarbeit), cuja oficina de planejamento ocorreu em Bonito (2001), contando com a efetiva participação de representantes governamentais e não governamentais dos três municípios envolvidos, listando-se os pontos fortes e fracos relacionados ao turismo da Serra da Bodoquena, como: atrativos ambientais, históricos e culturais; serviços; atuação do poder público; gestão do turismo; infra-estrutura pública; promoção e divulgação; atividades produtivas e gestão ambiental.

Assim, verificou-se que o fomento do turismo sustentável na Serra de Bodoquena poderá trazer vários benefícios, tais como o aumento da receita gerada na área conservada, fornecendo recursos para manutenção desta e da comunidade local; definição de critérios para a visita ordenada; preservação dos recursos naturais de flora, fauna e paisagismo cênico; utilização racional do patrimônio natural e fixação da população no município.

Conforme dados da Organização Mundial do Turismo, o turismo, movimenta mais de US\$ 3,5 (três trilhões e meio de dólares), anualmente, além de ser considerado por vários órgãos de pesquisa como um dos ramos de atividade comercial que mais cresce no mundo. Calcula-se que mais de 180 (cento e oitenta) milhões de pessoas vivam direta ou indiretamente desta atividade (OMT, 2001).

Devido a esse crescimento, o turismo vem gerando interesses distintos e, por isto, passou a ser segmentado em diferentes áreas de atuação. Surgiram assim o turismo cultural, o turismo religioso, o turismo esportivo, o turismo infantil, o turismo da terceira idade, o turismo gastronômico, o turismo rural e o turismo ecológico ou ecoturismo, que vem se desenvolvendo muito nos últimos anos, principalmente em países como o Brasil, que possuem diversidade de recursos naturais.

O turismo sustentável é caracterizado neste trabalho como um segmento da atividade turística que utiliza como “forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BNDES, 2001).

2.4 O TURISMO NA COMUNIDADE

Pelo fato de o turismo ser um fenômeno social, ao analisá-lo é preciso fazer uma análise dos valores, das crenças e das manifestações populares da comunidade e, neste aspecto, procurar identificar a participação comunitária nas questões que o envolvem e se produzem desenvolvimento local, principalmente se o objetivo for realizar um planejamento, como prevê o PRODETUR/SUL, em conjunto com a comunidade, com o intuito de atingir

um consenso, no que diz respeito ao tipo e ao volume de demanda mais apropriada. Isto porque, algumas vezes, o turismo pode não ser viável ou até mesmo desejável.

O objetivo maior de um planejamento da atividade turística numa comunidade deve ser a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a consequente proteção da cultura, da identidade e do meio-ambiente, que são objetivos, também do desenvolvimento local. Mas é inegável que sua mola propulsora ainda é o desenvolvimento econômico.

Os enfoques dos benefícios econômicos da atividade turística são muito reafirmados, por exemplo, segundo Wahab (1991), o turismo serve como alavanca em vários setores da economia porque aumenta a urbanização, por intermédio da construção e renovação das instalações turísticas, o que implica na criação e melhoria das infra e superestruturas; incrementa as indústrias associadas aos serviços turísticos, por exemplo, os transportes e alojamentos, acarretando a expansão de indústrias como: fabricantes para equipamentos para hotéis, bares e restaurantes, entre outros; aumenta a demanda da produção agrícola, através do aumento do consumo; expande o mercado para produtos locais; gera um aumento de divisas, consequente da circulação de moeda estrangeira; gera mais postos de trabalho; gera maior consciência para a proteção do ambiente e cultura locais; aperfeiçoa os padrões de utilização do solo. Mas para o enfoque do desenvolvimento local o paradigma a ser colocado é o do desenvolvimento humano e ambiental como objetivos e o desenvolvimento econômico como instrumento.

É claro que impactos negativos e positivos irão atingir a localidade advindos do turismo. Conforme a Organização Mundial do Turismo - OMT (1998), eles são de três ordens: impactos econômicos, impactos socioculturais e impactos ambientais. Os impactos econômicos positivos que podem ser provocados com a diversificação e até ampliação da economia, consequentes do maior fluxo de circulação de riqueza. Além disso, são criados

novos postos de trabalho, e logo a seguir um aumento geral da renda da população. Os governos arrecadarão mais impostos e irá melhorar o seu desempenho na balança comercial, devido ao aumento do fluxo de moeda na localidade. É claro, que poderão existir impactos negativos, como a excessiva dependência da economia na atividade turística, em detrimento a outras áreas.

No que se refere aos impactos sócio-culturais, podem ocorrer perda de identidade da cultura local, consequente da influência da cultura de outras regiões e mesmo estrangeira, trazida pelos turistas. Em localidades pequenas, pode haver uma mudança nos padrões de consumo, geralmente criada pelos hábitos de compra dos turistas, onde poderão ser despertadas necessidades até então estranhas aos moradores.

Os impactos positivos irão existir, se houver um planejamento consistente do turismo, em que esteja prevista a conservação do patrimônio e a consolidação da identidade cultural. Um aspecto positivo interessante, que é consequente do turismo, é o intercâmbio cultural entre a comunidade local e os turistas, podem conhecer idiomas, costumes e crenças diferentes, mantendo a identidade do núcleo receptor.

Os aspectos positivos dos impactos ambientais, assim como dos impactos culturais, somente existirão, como já foi mencionado anteriormente, se houver um planejamento onde isto seja contemplado. Pode-se preservar áreas naturais e conservar lugares históricos e patrimônio local com o apoio dos turistas e da comunidade. A criação de áreas e parques ambientais protegidos, e consequentemente aumentar a consciência da comunidade em relação ao meio ambiente.

É evidente, que os impactos negativos são muito expressivos, principalmente em relação à poluição dos ambientes naturais. Também pode ocorrer a saturação do núcleo

receptor, devida ao grande número de visitantes, podendo haver problemas de saneamento básico, e de má utilização e ocupação do solo.

Mas como conseguir o apoio da comunidade para todas estas realizações? Conscientizando-a da sua importância neste processo. Não se deve esquecer que a comunidade não é apenas o morador, mas também as pessoas que possuem algum negócio na cidade, e não, necessariamente, lá residem; é claro que o outro elemento está representado pelo governo local. Com a composição das idéias dos três elementos que compõem a comunidade é que serão estabelecidas as metas do planejamento turístico.

2.5 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - PRODETUR

O Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR visando aproveitar as potencialidades e superar as fragilidades antes referidas concluíram pela validade de, num esforço conjunto entre os quatro estados e o Governo Federal, implementar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil – PRODETUR/SUL, voltado para o desenvolvimento sustentável do turismo nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Esse programa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tem como executor principal e agente financeiro o Banco do Brasil, apoiado pelo Ministério do Esporte e Turismo – MET, no que compete à promoção da política de desenvolvimento do turismo, abrangendo a formulação do Programa em conjunto com os beneficiários do mesmo, bem como de sua avaliação.

Como meta finalística do PRODETUR/SUL visa-se incrementar a receita turística regional na economia nacional, mediante ações que aumentem a diversidade e a qualidade dos

produtos e serviços turísticos ofertados e promovam a atração de turistas provenientes de outras origens que não o Cone Sul. Destaque-se que para o cumprimento desta meta finalística o programa elege como requisito **essencial a participação** popular nas instâncias de elaboração, implantação, monitoramento e avaliação do programa.

No Brasil, a participação é uma prerrogativa democrática prevista na Constituição Federal e entendida no programa como o elemento principal para alcançar o desenvolvimento. Demo (1988, p 17) traça uma co-relação entre desenvolvimento e crescimento na perspectiva da participação e “insiste no conceito de desenvolvimento, entendido como crescimento participado, porque é a participação o elemento qualitativo que diferencia entre crescimento e desenvolvimento”.

Em conformidade com o regulamento operacional do PRODETUR do Ministério do Esporte e Turismo e Banco do Brasil, no item 7.3., vê-se que “A participação pública é parte integrante e fundamental do Programa, visando assegurar que as atividades foram programadas e realizadas de acordo com os objetivos estabelecidos, em longo prazo”. Ao promover a permanente participação pública durante a execução do Programa também se tem como objetivo que os impactos sociais e ambientais negativos, decorrentes do desenvolvimento turístico, sejam minimizados.

O pedido do regulamento ainda salienta a necessidade de se constituir o Conselho de Turismo para cada pólo de desenvolvimento turístico que seja estruturado e transparente para a participação da sociedade local residente, atuando como foro balanceado de discussão e consenso sobre as estratégias e prioridades, para consulta, validação e monitoramento de qualquer Programa envolvendo turismo.

A implementação do Programa nos estados dar-se-á a partir da seleção de áreas com vocação turística, denominada de “Área Turística”. Cada área incluída no Programa

deverá ser objeto de um **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS**, que indicará as ações a serem implementadas, com vistas a aumentar o fluxo do turismo internacional e a consequente entrada de divisas no país, garantir o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, resultando na geração de postos de trabalho, diretos e indiretos, e na dinamização econômica dos setores que lhe são complementares.

O PRODETUR tem como arranjo institucional a seguinte organização e hierarquia: o Banco do Brasil exercerá a coordenação geral da execução do Programa, cabendo ao Ministério de Educação e Turismo, apoiar tecnicamente o executor principal, garantindo a coerência do Programa com a política e diretrizes de desenvolvimento do turismo e a responsabilidade de execução dos estudos de âmbito regional. Este processo de cooperação permanente está estruturado pelo Termo de Cooperação Técnica, antes referido e será operacionalizado no âmbito do comitê Gestor, adiante caracterizado.

A organização institucional para a operacionalização dos investimentos terá, em nível federal, um comitê Gestor e, em nível estadual, um Conselho Gestor, ambos de caráter deliberativo. Para a operacionalização será formada uma Unidade de Coordenação Operacional em nível federal, no Banco do Brasil, e em nível estadual será criada uma Unidade de Coordenação Estadual. A execução dos projetos ficará a cargo dos órgãos Executores diretamente responsáveis por cada projeto específico, sempre sob a supervisão das Unidades de Coordenação Estaduais. Apresenta-se a representação do arranjo.

Figura 1 - Organograma Institucional



Fonte: PRODETUR PDTIS (2004, p. 186).

2.6 A PARTICIPAÇÃO NO PRODETUR: PROPOSIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Segundo consta do Regulamento Operacional (julho de 2002), a participação é parte integrante e fundamental do PRODETUR, requisito essencial, e, está justificada no fato de que experiências anteriores financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, relacionadas ao desenvolvimento do turismo mundial demonstraram que o desenvolvimento espontâneo da atividade originou graves problemas ambientais com o desaparecimento ou degradação de numerosos recursos naturais e culturais, causando, ainda, impactos negativos sobre as populações locais receptoras do turismo, o que se pretende evitar e responde ao porquê da participação como exigência dos financiadores. Somente quando a comunidade se articula, se mobiliza, se envolve, se empodera e se responsabiliza pelo seu destino é que se pode considerar que a participação foi ativa e efetiva e que está ocorrendo um processo de desenvolvimento endógeno, como deve acontecer no desenvolvimento local. Martins (2002, p. 52) o conceito de “desenvolvimento endógeno seria aquele balizado por

iniciativas, necessidades e recursos locais, tal como uma comunidade que de fato se conduz a caminho do desenvolvimento, ou da promoção do bem estar”.

Sobre endogeneização e o novo paradigma de desenvolvimento Ávila se posiciona no sentido de que é preciso:

[...] trabalhar para que as próprias comunidades conheçam o que são e o que tem e, com base nisso e em sua capacidade metabolizadora de fatores externos se desenvolva de dentro para fora (isto é, assumam as rédeas de seus destinos comuns), o que implica radical metamorfose de nossa secular cultura desenvolvimentista (ÁVILA, 2000, p.74).

A participação da comunidade no desenvolvimento local tem que ser efetiva mesmo que encontre resistências no poder público. O engajamento na gestão do processo de desenvolvimento há de ter o sentido de co-responsabilidade, de compartilhamento de atribuições na execução e na avaliação de ações e de compromisso com o exercício do controle social. Frente aos serviços públicos definidos como obrigação do Estado o papel da comunidade deve ser o de controlar a qualidade de sua prestação, rompendo com uma cultura assistencialista e assumindo o papel de destinatário de políticas públicas, ou seja, sujeito de direitos.

O programa elege como atores as instituições públicas nas diferentes esferas de governo, o setor privado e os segmentos representativos da sociedade organizada, principalmente àquelas direcionadas as questões ambientais e sociais.

Ao eleger a participação pública como instrumento necessário a sua implantação, o programa vislumbra por importante minimizar os impactos sociais e ambientais negativos decorrentes do desenvolvimento turístico. Vislumbra-se nesta opção de trabalho, o reconhecimento de que as pessoas, no local onde o turismo está ocorrendo, podem criar identidade com o programa, compartilhar responsabilidades e desta forma indicar soluções criativas para os problemas vindouros. É pretensão do programa, também, ao promover a

participação pública, assegurar que as atividades planejadas cumpram os objetivos estabelecidos em longo prazo, entretanto, sem engessar o planejamento, pois com flexibilidade é possível adaptar com mais facilidade os problemas da realidade local.

A participação é o elo que possibilita identidade com o programa, nesse sentido a visão holística é materializada por meio da participação com co-responsabilidade, respeitando todas as diversidades da localidade e integrando com outros projetos públicos ou privados, mas cada um cumprindo a sua tarefa, como afirma Aristóteles (s.d., p.24) “somos levados a crer que todos delas devem participar, mas não de um modo comum, e sim apenas o quanto seja necessário para que cada um possa executar sua tarefa”.

O documento denominado Perfil da Área Turística da Serra de Bodoquena - MS (setembro de 2002) registra que a participação foi viabilizada através da realização da oficina de planejamento ocorrida nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2001, que contou com a assessoria de uma empresa especializada em marco lógico, denominada GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica. O método de trabalho utilizado foi o denominado ZOPP – Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos, que tem por características o esclarecimento e o entendimento das pessoas sobre os problemas, para que estas de forma participativa atuem no sentido da construção de uma situação futura melhorada. Bordenave (1994, p.58) afirma que os governantes procuram as pessoas porque elas são o recurso mais importante no processo de desenvolvimento, e por isso, buscam a participação delas em escala massiva. Esta necessidade em ouvir a sociedade organizada para a realização de um programa possibilita atender as aspirações da população, dividir responsabilidade do poder público com a comunidade e atender ao anseio duramente conquistado de poder influir nos destinos que lhes são próprios, baluarte para o processo de democratização e auto-gestão da coisa pública, sobre o que afirma o mesmo autor “de modesta aspiração a um maior acesso aos bens da sociedade, na participação se fixa o ambicioso objetivo final da autogestão”.

Mas naquela oportunidade teve seus instrumentos simplificados devido ao tempo disponível para a realização da oficina. Conforme consta dos registros participaram representantes governamentais, não governamentais, empresas, sindicatos e residentes no município.

Na ocasião foi concluído o diagnóstico da região. O grupo definiu a visão de futuro para o turismo regional, foi elaborado o propósito e a finalidade do programa. Em seguida foram identificados os componentes necessários para alcançar o objetivo do programa e contribuir para o objetivo superior, definidos os indicadores e suas fontes de verificação, identificados os fatores externos importantes para o sucesso do programa ou pressupostos e identificadas as ações para garantir a efetividade dos componentes. Posteriormente foram realizadas reuniões públicas de atualização e hierarquização das ações identificadas no Marco Lógico. Na ocasião a árvore de problemas, foi construída por uma consultora e pela equipe técnica da Unidade de Coordenação Estadual – UCE-MS, com base na listagem dos pontos fortes e fracos elaborados pelos participantes da oficina e nas informações obtidas nas reuniões públicas, a partir das quais foram desenvolvidas as estratégias.

É interessante registrar que no documento Perfil da Área Turística da Serra de Bodoquena-MS está expressa a expectativa das pessoas em relação à Oficina de Planejamento no enfoque Participativo PRODETUR/SUL, onde se constata que das 25 pessoas que responderam a questão, 15 respostas tiveram os seus focos voltados para o desenvolvimento econômico, as demais respostas tiveram por objetivo o desenvolvimento humano e ambiental da localidade, o que confronta com a concepção de desenvolvimento local que norteia este trabalho, onde o aspecto econômico é tido apenas como instrumento para a promoção da qualidade de vida do ser humano e da preservação do meio ambiente.

Nos dias 12, 13 e 14 de março de 2003 foi realizada a segunda oficina de marco lógico, onde como consta em relatório (março de 2003) foi utilizada a metodologia do planejamento de projetos orientados por objetivos, Metodologia ZOOP. Inicialmente os presentes à oficina construíram como trabalhar a partir da premissa de que participar vai muito além de estar presente e pressupõe: estar motivado para o que está fazendo, assumir a organização como sua, identificar-se com o grupo, emitir opinião, concordar ou discordar, respeitar as idéias dos outros, conquistar o seu espaço, tomar decisões, assumir responsabilidades em conjunto, tratar a todos com igualdade.

Mais do que a responsabilidade na produção do desenvolvimento local, alguns autores chamam a atenção para a importância da participação das pessoas. Martins (2002, p.50) afirma que enquanto estratégia de planejamento e ação o desenvolvimento local esgota as concepções de “desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (ganhar a vida) e ilimitado (quanto mais, melhor), mas, sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários”. Mais adiante, reafirma a importância da dimensão humana do desenvolvimento que pode ser concretizado na valorização das pessoas em sua plenitude e tem o aspecto econômico apenas como meio de reduzir as privações e aflições humanas.

Os elementos utilizados foram o estabelecimento de princípios em detrimento de “em vez de...”, objetividade em detrimento de discursos intermináveis, condução compartilhada em detrimento de pautas disciplinadas e impostas, problematização em detrimento de esquemas e receitas; e diálogo ativo em detrimento de consumo passivo. Em seguida, passaram a prática do trabalho em grupo participativo onde foram apresentados os itens:

1. Por que oficina? A finalidade é a construção conjunta do produto final, para aprender fazendo e para todos serem responsáveis pelo resultado;

2. Trabalho em pequenos grupos para agilizar a discussão, dinamizar os trabalhos e propiciar a maior contribuição dos participantes;
3. Moderação como apoio instrumental ao grupo, busca de adequação do grupo e responsabilidade pelas técnicas;
4. Visualização móvel para tornar a discussão mais objetiva, todos terem acesso ao que está sendo feito e estabelecer um foco comum de atenção.

As estratégias delineadas pela oficina tiveram por base a revisão coletiva do Marco Lógico, onde foram revistas: as suas finalidades e os seus propósitos, a descrição sumária das ações, os indicadores verificáveis, as fontes de verificação e os pressupostos. O produto ficou concretizado na atribuição de valores referentes a relevância, abrangência e efetividade das ações, que determinaram as prioridades para fins de financiamento. Em seguida trabalharam na árvore de problemas. Ao final constou uma avaliação da oficina, onde as pessoas puderam manifestar sobre o que foi bom e o que pode melhorar.

Outra forma de participação prevista é a consulta pública, a ser utilizada quando da propositura dos projetos mais polêmicos que envolvam a desapropriação de áreas, impactos sobre áreas naturais ou que tratam de novos trechos rodoviários. Conforme consta do Apêndice E-1 do Regulamento Operacional, de acordo com as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a participação das comunidades deve ser garantida e comprovada, através de reuniões com residentes dos diversos municípios, ONG's e outras organizações da sociedade civil, tudo com a recomendação expressa de facilitar o acesso das pessoas ao processo decisório.

As informações sobre a participação pública no PRODETUR/SUL foram extraídas dos registros oficiais dos órgãos públicos, gestores desse programa, mas o segundo momento deste trabalho é de constatação da real ocorrência de participação nas suas

instâncias decisórias, o que significa verificar se as pessoas se sentem partes protagonicas do processo decisório nos eventos passados ou meros ratificadores dos interesses governamentais; se a participação é constante ou pontual; se independentemente da presença dos técnicos a comunidade se mantém articulada em prol dos objetivos do programa; se os participantes estão acompanhando e avaliando o desenrolar das ações; se os participantes acreditam no desenvolvimento econômico que o programa pode gerar; se os participantes acreditam que o programa pode trazer mais felicidade às pessoas.

Como escreve Ávila (2001, p.68), o protagonismo da comunidade é o ponto central do desenvolvimento local, em cima deste entendimento constrói um núcleo conceitual de desenvolvimento local que merece ser transcrito:

[...] o núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seu *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando a processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Os resultados poderão revelar se foi atingido no todo ou parcialmente os seus propósitos endógenos, eis que enquanto fator exógeno equilibradamente metabolizado pela comunidade, imbuída do espírito de participação, pode desembocar no desenvolvimento local.

As informações que estão sendo levantadas são importantes para este trabalho, pois dará suporte a investigação da participação enquanto instrumento de desenvolvimento local, onde as pessoas da localidade, pertencentes a um espaço delimitado, são as únicas responsáveis pela elaboração, construção, execução, avaliação e controle do próprio destino.

CAPÍTULO III

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PRODETUR: ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Todos os acontecimentos, pensamento e atitudes, do ser humano, concretizam-se dentro de um local, de um lugar, de um território, de um espaço definido. Grossso modo, todos estes termos têm um mesmo significado, mas para um trabalho sobre o desenvolvimento local é necessário observar que são conteúdos diferentes onde é possível vislumbrar um entrelaçamento entre eles e delimitar fronteiras conceituais.

O local não é apenas onde está nossa casa, nossa rua, mas pode ser onde está a nossa cidade, o nosso país, enfim todo o nosso planeta. Também, não é meramente um ponto no espaço, assim entendido como um horizonte, funcional e plasticamente configurado, no qual se formam e irradiam, bem como se recebem e interagem, as tramas fenomenológicas de geração, interconexão, duração, evolução e mutação das dinâmicas cósmicas de determinada coletividade humana, portanto com algum tipo de identidade comum, em permanente processo de interação com o meio ambiente e seu habitat.

O sentido espacial expandido, ampliado do sentido de localização, tem um tratamento especial por parte de Soja (1993) e Santos (1994), que afirmam “trata-se, então, de

atentar para a polimorfia do espaço e para o fato de que os fenômenos sociais definem-se também a partir da relação com seu meio de referência, do mesmo modo em que se articulam nas diferentes escalas” (apud ALBALGI, 1999). A espacialidade é, portanto, aqui compreendida como “espaço socialmente produzido”, referindo-se não ao espaço em si, mas ao uso que dele se faz.

Com essa idéia do espaço socialmente produzido, podemos acrescentar que cada ser vê o local de acordo com uma definição muito própria. Esta fenomenologia reflete a relação do indivíduo com a realidade no seu entorno e a descreve. É nessa condição que o homem pode interferir no espaço onde vive e alterar realidades, e os reflexos desta ação podem ultrapassar o local e influir no global, modelando a maneira sócio-cultural e econômica de uma localidade (SANTOS, 1996).

A relação entre a sociedade e seu habitat, através do tempo, da cultura e história, esse relacionamento, resultará em um espaço construído dentro da realidade local, onde todo esse palhar essa construção coletiva, sinérgica, todo esse processo gera o território. Ou seja, o território é resultado da qualificação do espaço. O território passa a ser mais abstrato, mas materializado nos objetos e pessoas que identificamos, ou seja, passa possuir uma identidade e contém espaços e tempos distintos: o passado e o presente.

A definição personalíssima de lugar pode ser uma cadeira, nação, estado, ou seja perde a dimensão física a experiência vivida ainda que se utilizando dos cinco sentidos humanos está relacionada à categoria lugar.

O sentimento, experiência de todas as emoções vividas no espaço agregado nos faz pertencer a um território e à sua paisagem significa fazer deles o seu lugar de vida e estabelecer uma identidade com eles. Assim, reconhecemos como sujeito social que faz parte

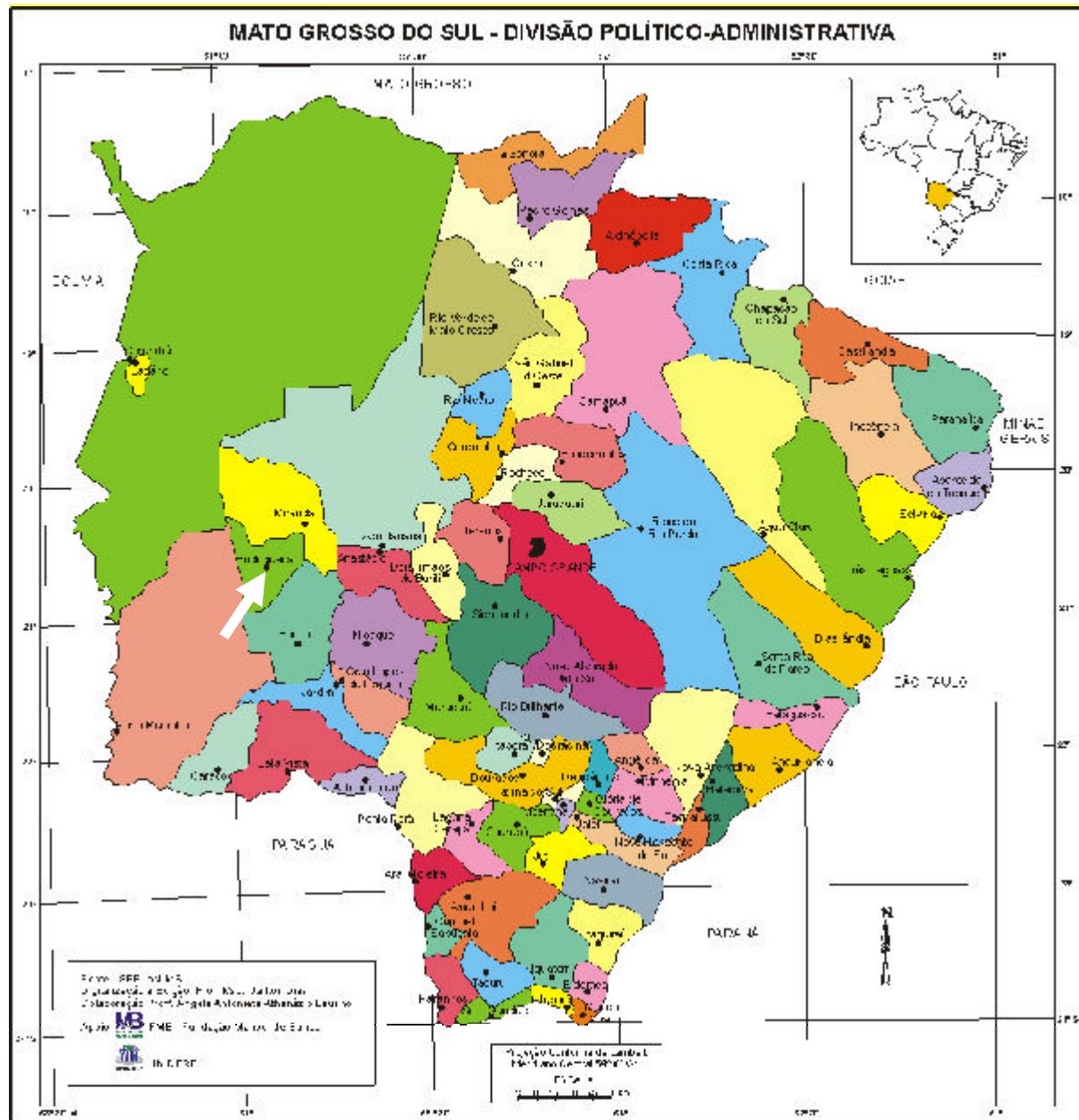
de um determinado lugar e com ele constrói laços afetivos, referências pessoais e sistemas de valores, cabendo a ele reafirmar ou transformar a realidade de seu lugar.

O sentimento humano é o que considera e valoriza o lugar e o território, por ser dotado de sentimentos o humano é o único animal que guarda história, modifica o presente, lugar e prepare-se para o futuro e pode fazer isso individualmente ou coletivamente.

Com tudo isso, afirma-se que os sentimentos humanos contribuem para inserir , o local e o lugar numa perspectiva da dinâmica humana, marcada por laços afetivos e referências socioculturais, desenvolvido por todos essa sinergia de sentimentos e alavancado por um povo que contribuiu para o crescimento econômico e o desenvolvimento humano e vislumbrando um potencial sócio econômico na região turística de Bodoquena o governo estadual por ocasião do PRODETUR procedeu às ações em conjunto com o perfil da comunidade estudada.

Segundo IBGE (2000), Bodoquena apresenta uma área de 2.514,3 km² e com uma distância de Campo Grande-MS de 215,6 km (MAPA 1). Foi instalada em 1980 e sua mesorregião é sudoeste de MS (Id., 2000).

Mapa 1 – Localização geográfica do município de Bodoquena, Mato Grosso do Sul.



Fonte: <http://www2.uniderp.br/Atlas/>

Na tabela 1, a população por situação de domicílio em 1.991 e 2000, observou-se um aumento de 50,80% a 62,42% da taxa de urbanização. Observou-se que a população em área rural obteve uma redução de 3.995 a 3.144 (tabela 1), devido principalmente pelos atributos disponibilizados no favorecimento do turismo nas áreas urbanas.

Tabela 1 – População por situação de domicílio, 1991 e 2000.

	1991	2000
População Total	8.120	8.367
Urbana	4.125	5.223
Rural	3.995	3.144
Taxa de Urbanização	50,80%	62,42%

Na tabela 2, são abordados os níveis educacionais da população jovem em 1991 e 2000.

Tabela 2 – Nível educacional da população jovem, 1991 e 2000.

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1999	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 1	28,7	11,6	-	-	-	-	63,3	96,8
10 a 14	17,1	3,4	70,4	48,3	-	-	66,7	96,4
15 a 17	12,0	0,5	44,6	18,3	95,2	76,9	36,1	72,3
18 a 24	13,6	5,4	39,0	23,1	83,8	66,0	-	-

A faixa etária da população jovem houve uma redução considerável na taxa de analfabetismo em crianças de 07 a 14 anos, em 1991 e 2000, de 28,7 e 11,6 consecutivamente.

Na tabela 3 elencou-se o nível educacional da população adulta (25 anos ou mais) em 1991 e 2000.

Tabela 3 – Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), 1991 e 2000.

	1991	2000
Taxa de analfabetismo	30,3	21,7
% com menos de 4 anos de estudo	65,0	49,8
% com menos de 8 anos de estudo	89,7	80,2
Média de anos de estudo	3,0	4,1

Fonte IBGE, 1991-2000.

Os resultados demonstram que a taxa de analfabetismo reduziu de 30,3 em 21,7, nos anos de 1991 e 2000.

No decorrer da pesquisa pelas leituras feita em documentos e resultado dos questionários aplicados e entrevistas realizadas, percebe-se que os segmentos e a comunidade envolvida no turismo da região da Serra da Bodoquena têm grande interesse em alavancar essa atividade, por entenderem que a atividade turística é o potencial da localidade e potencializa outras atividades meios e afins. Assim, foram priorizados, neste estudo, aspectos do turismo visto como uma atividade econômica estratégica e prioritária, que pode ser a solução, não só para um problema grave de oportunidade de empregos para os entrantes no mercado de trabalho, mas, também, para a geração de renda da população daquela região e, consequentemente, para o estado de Mato Grosso do Sul.

A participação da micro-região da Bodoquena nos programas de turismo é um processo que visa a capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, como Facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Tal estratégia garante que a sociedade civil supere as dificuldades encontradas e identificadas pelos próprios atores e elencados as principais deficiências do turismo na serra:

- condutor do processo pouco ativo;
- baixa qualificação de mão-de-obra;
- comunidade local com baixa consciência turística;
- segmentos envolvidos com turismo pouco organizados e não articulados estrategicamente;
- ausência de Marketing Estratégico na divulgação da Serra da Bodoquena;
- uso irracional do meio ambiente;

- infra-estrutura e serviços básicos deficientes (água, esgoto e energia elétrica);
- indefinição do perfil do turista;
- ausência de plano urbanístico;
- identidade cultural não valorizada.

Nas entrevistas efetuadas foi confirmada, pela opinião dos entrevistados, a percepção de alguns problemas já identificados pela equipe de Planejamento Estratégico do Município, a saber:

Os entrevistados foram unâimes em admitir que os poderes estadual e municipal são os principais condutores deste processo, haviam reconhecido no turismo "uma alternativa poderosa do desenvolvimento sustentável", (PETROCCHI, 1998). Não havia consciência, por parte da população até então, de que a vocação natural da região é o turismo e que com o crescimento turístico há aumento da renda per capita, sendo necessário, para isso, o mínimo de gestão e competência administrativa.

Os entrevistados também observaram a baixa qualificação da mão-de-obra local, porém ressaltam o crescente interesse da comunidade em participar dos cursos de formação, o que não ocorria até pouco tempo atrás, em consequência da baixa consciência da vocação turística regional, causada pela ineficácia da comunicação utilizada sobre os programas turísticos, praticamente não há envolvimento da comunidade, o ser humano “graças a linguagem e a sua capacidade de guardar informação codificada é capaz de organizar sua experiência para estender ainda mais seu conhecimento” (BORDENAVE, 1988, p.17).

Conscientes de que as belezas naturais do município não são suficientes para garantir o desenvolvimento turístico local, sendo necessário cada vez mais saber receber os visitantes com profissionalismo, competência, qualidade e diferenciais, "já não é suficiente

que o turista retorne a sua casa apenas com a lembrança de que visitou uma terra de belezas e riquezas admiráveis" (CARVALHO, 2000, p.46).

A sociedade civil está organizada para desenvolver estratégias já previstas, visando envolver e sensibilizar a comunidade local para a importância do turismo por meio de palestras, divulgação em rádio, oficinas, gincanas e eventos para entretenimento, de forma que a comunidade se engaje na elaboração e execução do projeto de turismo e crie a consciência turística necessária.

Segundo Telles (1999, p.35):

[...] se o espaço público constrói um mundo comum entre os homens, este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável e que, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem ter validade na dimensão privada da vida social.

Percebe-se que os segmentos envolvidos com turismo estão se organizando estrategicamente, e "para sua evolução, torna-se necessário o envolvimento do poder público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e toda população" (PETROCCHI, 1998, p.32).

Analizando o composto de marketing - produto, preço, ponto e promoção da Serra da Bodoquena, a percepção dos entrevistados quanto ao produto é clara: é fácil de vender, uma vez que desfruta de uma boa imagem para convencer o consumidor e conquistar sua preferência. A distribuição envolve parcerias entre agências, vendas pessoais, "telemarketing" e "home-page" com o objetivo de permitir ao consumidor um acesso rápido e fácil aos serviços.

Não analisamos preços porque o objetivo da pesquisa exploratória feita com as autoridades municipais e estaduais, empresários e sociedade organizada foi identificar os problemas que dificultam a participação popular no planejamento estratégico para a região da

Bodoquena consiga alavancar seu potencial turístico plenamente e como resultado desenvolver sua potencialidade local.

Para que se possa ter um desenvolvimento sustentável do turismo é de suma importância que se faça o uso racional do meio-ambiente, encontrando o equilíbrio entre interesses econômicos e o desenvolvimento de atividades que o protejam, "principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política ambiental adequada", (RUSCHMANN, 1999). Isso, na região e, segundo os entrevistados, é quase inexistente, são poucos os que fazem uso racional do meio ambiente.

A região da Bodoquena ainda não tem um desenvolvimento controlado em harmonia com os aspectos naturais e sócio-culturais. Para garantir sua originalidade e consequente atratividade para gerações futuras, os entrevistados apontam a necessidade de desenvolver um plano de manejo e utilização do solo, sempre em parceria com os órgãos ambientalistas.

As entrevistas mostram que a região não possui uma infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento do turismo, como rede de esgoto, abastecimento contínuo de água, fornecimento contínuo de energia elétrica e nem locais apropriados para grandes eventos, visto que ouve unanimidade nas respostas do questionário com relação a esse item "... o pedido principal na oficina do marco lógico, foi saneamento básico e pavimentação" – Mário Dilson – monitor ambiental⁴. Fomentar o crescimento das atividades turísticas neste momento pode torná-las predatória devido à falta de planejamento da infra-estrutura que possui, hoje, a região da Bodoquena, na percepção dos entrevistados. Assim, é necessária a reestruturação dos serviços básicos urbanos, para comportar o incremento turístico e garantir a qualidade de vida da comunidade local. Outro problema detectado pelos entrevistados é o perfil do turista

⁴ Monitor ambiental entrevistado.

que os visita. O tipo de turista costumeiro é o que possui casa ou parentes na região e, por vezes, traz, de sua cidade de origem, o que vai utilizar em seu passeio. O fluxo de turistas externos ainda é irregular e considerado médio, o que demanda esforços concentrados dos atores envolvidos no desenvolvimento turístico. O perfil do cliente desejado não se refere a dados demográficos como sexo ou idade, mas sim ao tipo de produto que esse turista busca e que é o mais importante.

Percebemos, durante a pesquisa, que a região da Bodoquena, observando-se as respostas a entrevista, revelam que a região não tem um Plano Urbanístico plenamente definido o que merece maiores ações. Acreditam que a existência de um Plano Urbanístico alavanca o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, os atores envolvidos com o turismo acreditam que este ponto deve ser discutido captando-se recursos para melhorar o design das unidades habitacionais de suas cidades e melhorando o processo de comunicação sobre as ações turísticas na região, para que toda a sociedade civil organizada ou não com a atividade turística ou afim, possa oportunizar-se, conscientizar-se e responsabilizar-se por essa economia principal da localidade.

As entrevistas nos mostraram, ainda, que, para a região ser um atrativo também pela sua cultura, o local não deve perder sua originalidade. A preservação e o fortalecimento dos seus costumes, manifestações, artesanato, folclore e gastronomia, precisam ser evidenciados, segundo a opinião dos entrevistados. "A condicionante social deverá fazer com que o turismo constitua incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais ou folclóricas e que seja crescente o número de pessoas atingidas", (BENI, 1999).

Mato Grosso do Sul, de uma forma geral, apresenta uma característica própria, um elevado índice de imigração populacional de outros Estados. Podemos encontrar mineiros, paulistas, nordestinos, goianos, gaúchos, paranaenses, paraguaios e outros, sendo que esta

característica lhe confere uma diversidade cultural peculiar, rica em mesclas étnicas, folclóricas e sociais.

A diversidade cultural é considerada um fator positivo ao desenvolvimento do turismo e é visto pela comunidade do município como um fator de risco aos usos e costumes locais.

Os entrevistados percebem, também, a necessidade de segmentar o mercado turístico, determinar o público alvo e, assim, maximizar os esforços de marketing, "quanto mais as características do mercado desejado são conhecidas, maior a eficiência das técnicas aplicadas, dentre elas a promoção, publicidade, relações públicas e muitas outras", (LAGE, 2000).

Mas, para que isso aconteça, é necessário que as autoridades e a comunidade organizada façam um estudo da demanda e da oferta em que serão definidas as partes a serem segmentadas, para atrair clientes em períodos intercalados, porém em fluxo contínuo (CHIAVENATO, 1999).

Assim, o setor turístico no Brasil e, por consequência no nosso Estado, ganha maturidade, o que se manifesta no profissionalismo com que este setor vem sendo conduzido. Hoje não basta apenas saber que existem belezas naturais, diversidade biológica e riqueza histórico-cultural na região. É preciso garantir que todos essas qualidades, que se destacam na Serra da Bodoquena, contribuam para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos e os façam pessoas satisfeitas e favoráveis à recepção de turistas, com profissionalismo, competência, qualidade, cortesia e alegria.

No decorrer da pesquisa, observou-se a forte articulação da sociedade organizada para que a região também se inclua como um pólo de destaque no turismo nacional, superando os obstáculos.

Observamos, também, que a comunicação foi feita timidamente por difusão (rádio, jornal, panfletos personalizado) de maneira unilateral, o que não permite interação entre os segmentos envolvidos, não alcançando a população mais distante (fazendas, chácaras), portanto a comunicação não foi processada a oportunizar a participação de todos.

Segundo Bordenave (1998, p.31)

“A sociedade existe na comunicação e por meio da comunicação, porque é através do uso de símbolos significativos que nos apropriamos das atitudes de outros, assim como eles, por sua vez, se apropriam de nossas atitudes”. Isto quer dizer que a personalidade é um produto social, gerado graças à interação com as demais pessoas”.

Nas entrevistas, percebeu-se que a baixa qualificação da mão-de-obra também tem dificultado o desenvolvimento do turismo, o que vem sendo superado pelo crescente interesse da comunidade em participar de cursos de formação profissional.

...”as pessoas estão ansiosas e interessadas pelos cursos de capacitação” Mario Dilson (monitor)

”a hora do turismo em Mato Grosso do Sul é agora, o Estado está fazendo sua parte e os municípios da região precisam criar a consciência de sua vocação turística e para isto é preciso ter vontade política, o homem da vida pública tem que se comprometer no momento em que se reúne com a comunidade para executar o que foi planejado...” João Severino (Secretário Municipal de Bodoquena).

Dessa forma, confirma-se nossa idéia de que a consciência turística por parte da população é outro aspecto, também verificado no questionário, como sendo um dos obstáculos para elevação da atividade turística aos patamares desejados, acreditam que o turismo depende da população querer que ele aconteça, ninguém é mais responsável pelo desenvolvimento do turismo do que a própria comunidade, não depositar a responsabilidade apenas da esfera governamental. Assim, é a comunidade quem escolhe o que quer fazer e

como quer fazer. Sem a comunidade nada acontece, portanto o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população quanto à importância dessa atividade econômica poderosa e geradora de empregos. Isto depende de uma mudança cultural que fará com que a população passe a enxergar o turismo dessa maneira e exigir providências concretas e corretas na sua concretização.

Em análises aos documentos, do PRODETUR, é claro a necessidade da participação da sociedade organizada e nas entrevistas, observou-se que muitas informações sobre as etapas concluídas pelos técnicos e governo não foram divulgadas a sociedade de Bodoquena, desestimulando sobre maneira a participação nas demais etapas a serem cumpridas pelo PRODETUR, bem cita Bordenave “quando uma comunidade tem problemas crônicos, tende a pensar que são parte inexorável da própria vida. Porém, se os problemas são apresentados através de um meio de comunicação – à comunidade reunida para sua discussão, os meios agem como se fossem um espelho onde a comunidade se enxerga sob uma nova luz” (p. 95).

Para finalizar, conclui-se que a capacitação e qualificação de mão-obra, a integração dos vários parceiros do processo de desenvolvimento turístico, a importância da conservação do meio ambiente e a ocupação real do poder municipal e estadual como gestores deste processo, são elementos já identificados como indispensáveis para fazer crescer o turismo na Serra da Bodoquena.

Para isso, de acordo com Teixeira (2001), é essencial o engajamento da comunidade aos demais segmentos, no sentido de traçar uma política que, além de valorizar o turismo regional e local, trabalhe pela preservação dos mananciais, sítios arqueológicos, belezas naturais, flora e fauna, preservando para as futuras gerações o que há de mais belo na região sul-mato-grossense.

3.1 GESTÃO PARTICIPATIVA : MEIOS E MOBILIZAÇÕES

No decorrer da pesquisa, observou-se que os atores do turismo na região da Serra da Bodoquena, principalmente o PRODETUR, entenderam a necessidade de informar e mobilizar o cidadão e a sociedade visando a alteração dos padrões de produção e consumo e a ampliação de sua participação em processos decisórios, a fim de gerar um novo modelo de gestão compartilhada e participativa.

Suas diretrizes, fundamentadas nos princípios de descentralização, sustentabilidade, parceria, mobilização e capacitação, podem ser resumidas em: a) sensibilização das comunidades para os problemas e oportunidades advindas da exploração das atividades turísticas; b) estímulo ao planejamento participativo das ações que solucionam esses problemas; c) otimização do desempenho dos negócios diretamente relacionados com o turismo; d) formação de uma consciência coletiva que valoriza o patrimônio natural e cultural; e) criação de um contexto municipal favorável à atuação dos vários segmentos que atuam indiretamente na atividade turística.

Toro (apud FONSECA e COSTA, 1996) amplia este conceito de mobilização quando diz que “mobilizar é convocar vontades para um propósito determinado, para uma mudança na realidade”. Se uma mudança se faz necessária é porque existem problemas que estão impedindo um bom funcionamento da sociedade.

A existência de uma metodologia participativa de mobilização, diagnóstico e planejamento, aliada à gestão descentralizada e, também, participativa que atua por meio de comitês estaduais e de conselhos municipais organiza-se em parcerias estabelecidas com organismos públicos e privadas, nacionais e municipais, e com o complexo empresarial da

região da Bodoquena. Ao lado disso, a consciência dos gestores tanto do Estado quanto da indústria do turismo em relação aos aspectos culturais, ambientais, econômicos e sociais inerentes a ambos os setores (RODRIGUES, 1997).

Em seguida, a preocupação em identificar nichos de mercado junto à rede hoteleira, restaurantes e lanchonetes, em reconhecer tais nichos como potenciais compradores de produtos artesanais e oriundos da unidade produtiva de base familiar regional, e em considerar que produtos com essas características agregam valor ao estabelecimento.

Por último, mas não menos importante, a crença de que as perspectivas de uma gestão transformadora, onde os valores locais do patrimônio ambiental e natural, construído e simbólico, e as formas de organização social, se constituem em forças de resistência preponderante, representando contraponto ao modelo global em voga e possibilitando, ainda, uma nova vida no espaço regional, onde a unidade cultural produtiva, o cidadão e o entorno estejam integrados, atuantes, atualizados, informados e equipados, produzindo, assim, satisfação individual e bem-estar coletivo. Na entrevista, o senhor Nailson, representante da Associação Comercial de Bodoquena, explicitou que.”o desenvolvimento do turismo, traz investidores, gera mais emprego, mais associados e a população se sente satisfeita em ter uma cidade próspera”.

A pretensão do PRODETUR é mostrar uma nova visão do turismo regional por meio de uma estratégia de comunicação que possa atingir todos os atores envolvidos, como: a criação de uma rede de informação dos setores do turismo, da cultura regional, do artesanato, composta de base de dados captados por meio de entrevistas, questionários, mala direta ou *e-mail*, contendo informações relativas oferta de equipamentos turísticos, atrativos, meios de hospedagem, transporte, artesãos, organizações cooperantes, mercados, fornecedores de

matérias-primas e equipamentos, pesquisadores, bibliografia, imagens, estudos e pesquisas de processos e técnicas, e estatísticas e estudos setoriais.

Um aspecto a destacar nas próximas etapas a serem cumpridas pelo PRODETUR é a participação das comunidades abrangidas na elaboração do programa local. A identificação e a priorização dos projetos e atividades deverão ser feitas através da instalação e implementação de um processo de planejamento participativo comunitário, envolvendo desde as autoridades municipais aos representantes da sociedade civil, de modo a refletir, no contexto de uma visão de planejamento regional, as prioridades e perspectivas dos diferentes agentes e atores envolvidos no processo, quando da implantação dos projetos e obras referente ao PRODETUR.

Moura (2002), comenta que os projetos e atividades serão selecionados a partir de uma lista de opções para os municípios, e deverão ser hierarquizados com base nos problemas e potencialidades locais, tendo como foco as populações em situação de pobreza e de vulnerabilidade social. Serão eles consubstanciados num Plano de Investimento elaborado para esse fim, em especial como parte do item de melhoramento de serviços básicos. Deverão constar, também, desse plano as metas a serem alcançadas com sua implementação e os respectivos indicadores, visando ao acompanhamento e avaliação de seu impacto no desenvolvimento do município.

Organizacionalmente haverá, no processo de elaboração do plano, uma Comissão Gestora Local, composta por um mínimo de seis pessoas, com pelo menos metade delas representantes da sociedade civil local. Igualmente, deverá ser criado e mantido, com recursos próprios do município, um Núcleo de Supervisão Local, visando apoiar a implementação do Programa no nível local.

Vem-se tornando cada vez mais importante, em todas as sociedades, o papel das organizações comunitárias, que exercem função de controle das organizações públicas; trabalham em complementaridade com estas; e servem como unidades de defesa dos interesses maiores de populações desassistidas, quando não total ou parcialmente excluídas.

Nas etapas subseqüentes o PRODETUR propiciará, então, oportunidades para que organizações da sociedade civil atuem mais efetivamente no planejamento participativo e, também, na operação e manutenção de bens e serviços financiados pelo Programa. Suas atividades estão concentradas nas áreas de mobilização, participação e conscientização social, operação e manutenção de investimentos e educação ambiental.

O Planejamento Estratégico Municipal se deu de forma participativa envolvendo o Estado, o PRODETUR, o município; os membros do Conselho Municipal de Turismo e da Associação Comercial; os empresários, a sociedade organizada e a comunidade em geral.

As principais deficiências do turismo, como comenta Bandeira (1999), na Serra da Bodoquena observadas foram:

- condutor do processo pouco ativo;
- baixa qualificação de mão-de-obra;
- comunidade local com baixa consciência turística;
- segmentos envolvidos com turismo pouco organizados e não articulados estrategicamente;
- ausência de Marketing Estratégico na divulgação da Serra da Bodoquena;
- uso irracional do meio ambiente;
- infra-estrutura e serviços básicos deficientes (água, esgoto e energia elétrica);

- indefinição do perfil do turista;
- ausência de plano urbanístico para o município;
- identidade cultural não valorizada.

Nas entrevistas efetuadas, foi confirmada, pela opinião dos entrevistados, a percepção de alguns obstáculos já identificados pela equipe de Planejamento Estratégico do Município, mas destacaram a deficiência na comunicação horizontalizada:

- Condutor do processo

Os entrevistados foram unâimes em admitir que o poder municipal, principal condutor deste processo, havia reconhecido no turismo “uma alternativa poderosa do desenvolvimento sustentável”, (PETROCCHI, 1998). Não havia consciência, até então, de que a vocação natural da região é o turismo e que com o crescimento turístico há aumento da renda per capita, sendo necessário para tal o mínimo de gestão e competência administrativa.

- Qualificação da mão-de-obra

Os entrevistados têm observado a baixa qualificação da mão-de-obra local, porém ressaltam o crescente interesse da comunidade em participar dos cursos de formação, o que não ocorria até pouco tempo atrás em consequência da baixa consciência da vocação turística municipal.

As belezas naturais do município não são suficientes para garantir o desenvolvimento turístico local, sendo necessário cada vez mais saber receber os visitantes com profissionalismo, competência, qualidade e diferenciais, “já não é suficiente que o turista

retorne a sua casa apenas com a lembrança de que visitou uma terra de belezas e riquezas admiráveis” (CARVALHO, 2000, p.25).

- Consciência turística

A sociedade civil está organizada para desenvolver estratégias já previstas no Planejamento Turístico Municipal, visando envolver e sensibilizar a comunidade local para a importância do turismo através de palestras, divulgação em rádio, oficinas, gincanas e eventos para entretenimento, de forma que, como refere Miloni (2000), esta comunidade se engaje na elaboração e execução do projeto de turismo e crie a consciência turística necessária.

Percebe-se que os segmentos envolvidos com turismo estão se organizando estrategicamente, e “para sua evolução, torna-se necessário o envolvimento do poder público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e toda população”, (PETROCCHI, 1998).

- Marketing

Analizando o composto de marketing do Parque da Serra da Bodoquena, a percepção dos entrevistados quanto ao produto é clara: é fácil de vender, uma vez que desfruta de uma boa imagem para convencer o consumidor e conquistar sua preferência, como refere Cobra (2001). A distribuição envolve parcerias entre agências, vendas pessoais, “telemarketing” e “home-page” com o objetivo de permitir ao consumidor um acesso rápido e fácil aos serviços.

Alguns entrevistados já possuem estes canais de distribuição. Outros têm-se utilizado de forma equivocada de meios de comunicação bcal, que não atingem o público-alvo definido pelos entrevistados, que é o turista externo.

- Uso racional do meio-ambiente

Para que se possa ter um desenvolvimento sustentável do turismo é de suma importância que se faça o uso racional do meio-ambiente, encontrando o equilíbrio entre interesses econômicos e o desenvolvimento de atividades que o protejam, “principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política ambiental adequada”, (RUSCHMANN, 1999, p.31).

O pólo ecoturístico da Serra da Bodoquena não tem um desenvolvimento controlado em harmonia com os aspectos naturais e sócio-culturais. Para que se garanta sua originalidade e consequente atratividade para gerações futuras, os entrevistados percebem a necessidade de desenvolver um plano de manejo e utilização do solo, sempre em parceria com os órgãos ambientalistas.

- Infra-estrutura

O Município de Bodoquena não possui uma infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento do turismo, como rede de esgoto, abastecimento contínuo de água, fornecimento contínuo de energia elétrica e nem locais apropriados para eventos. Fomentar o crescimento das atividades turísticas neste momento pode torná-las predatória devido à falta de planejamento da infra-estrutura que possui, hoje, a Serra na percepção dos entrevistados. É necessária a reestruturação dos serviços básicos urbanos, para comportar o incremento turístico e garantir a qualidade de vida da comunidade local (BENEVIDES, 1996).

- Perfil do Turista

Outro impedimento detectado pelos entrevistados é o perfil do turista que vem à região. Por sua proximidade com Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, vários moradores optam por apenas desfrutar das belezas naturais passando o dia na Serra, fazendo

caminhadas ou pequenos passeios. O fluxo de turistas externos ainda é irregular, o que demanda esforços concentrados dos atores envolvidos no desenvolvimento turístico. Alguns entrevistados já traçam um esboço do perfil do cliente desejado.

Este perfil não se refere a dados demográficos como sexo ou idade, mas sim ao tipo de produto que este turista busca: eventos para pequenos grupos distribuídos no decorrer do ano que mesclam ecoturismo com cultura.

- Plano Urbanístico

O Plano Urbanístico para a serra e município de Bodoquena, outro ponto identificado pela sociedade organizada e que merece ações imediatas e concretas. Este ponto já está sendo discutido e estão sendo captados recursos para melhorar o *design* das unidades habitacionais da zona urbana central da cidade, e executar calçamento decorativo e jardinagem em geral, à semelhança de outras cidades do Estado.

- Identidade Cultural

A preservação e o fortalecimento dos seus costumes, manifestações, artesanato, folclore e gastronomia, precisam ser evidenciados, segundo a opinião dos entrevistados. “A condicionante social deverá fazer com que o turismo constitua incentivo à criatividade, às artes e às manifestações sociais, artesanais ou folclóricas e que seja crescente o número de pessoas atingidas” (BENI, 2001, p.37).

- Diversidade cultural

Mato Grosso do Sul, de uma forma geral, apresenta uma característica própria, um elevado índice de imigração populacional de outros Estados. Podemos encontrar mineiros, paulistas, nordestinos, goianos, gaúchos, paranaenses etc, sendo que esta característica se estende a suas regiões e lhe confere uma diversidade cultural peculiar, rica em mesclas étnicas, folclóricas e sociais.

A diversidade cultural que poderia ser um fator positivo ao desenvolvimento do turismo na microrregião da Bodoquena é vista pela comunidade tradicional do município como um fator de risco aos usos e costumes locais. Este sentimento compartilhado pela comunidade é responsável pela união de grupos que atravancam o desenvolvimento turístico. A resistência à mudança é uma das barreiras que os agentes fomentadores do turismo têm encontrado para fazê-lo acontecer⁵.

Os entrevistados percebem a necessidade de segmentar o mercado turístico, determinar o público-alvo e, assim, maximizar os esforços de marketing, pois, segundo Lage (2000, p.22), “quanto mais as características do mercado desejado são conhecidas, maior a eficiência das técnicas aplicadas, dentre elas a promoção, publicidade, relações públicas e muitas outras”.

Os atores envolvidos são conscientes que, é necessário que a sociedade organizada faça um estudo da demanda e da oferta em que serão definidas as partes a serem segmentadas, pois não se podem atrair todos os consumidores ao mesmo tempo, para, então, traçar seu planejamento estratégico que promoverá o desenvolvimento local, refletindo a melhoria da qualidade de vida da comunidade-localidade.

⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA. Plano de desenvolvimento do turismo sustentável. Bodoquena, 2003.

Todavia, é a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. De acordo com os estudos de Ávila (2001), o desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado.

Entendemos, assim, que o desenvolvimento local - denominado também de "endógeno", "de baixo para cima" ou ainda "comunitário" - exprime a esperança de que o próprio ambiente local possa iniciar seu processo de desenvolvimento, um desenvolvimento regional baseado nas iniciativas dos atores locais - indivíduos e organizações. Segundo Ávila (2001), o desenvolvimento local valoriza os fatores locais de desenvolvimento regional, o papel do ambiente local como fator de inovação e dinamismo, os dispositivos existentes para incentivar o concerto, a parceria e suas redes, promovendo, enfim, condições de crescimento equilibrado.

- Comunicação Verticalizada.

Os entrevistados admitiram que a falta de consciência e a mudança cultural está intimamente ligada a uma comunicação verticalizada, os atores foram consultados e participaram das etapas no marco lógico, no entanto os resultados concretos dos adventos dessas oficinas, não foram divulgados de forma horizontalizada, para que a sociedade civil organizada e autoridades municipais envolvida com o turismo pudesse divulgar esse conhecimento a outras comunidades a parte desse processo. Dessa forma os entrevistados acreditam ser esse um instrumento que dificulta a participação e o envolvimento de outros atores no processo. A realimentação na comunicação, já foi citada por Bordenave, quando

afirmou. “Elemento importante no processo da comunicação é o fato de que ao mesmo tempo em que uma pessoa está emitindo mensagens, ela se mantém em contínuo contato perceptivo com o meio ambiente global que a envolve e, por conseguinte, a elaboração da mensagem recebe constantemente uma *realimentação* que pode influenciar o processo decisivamente” (BORDENAVE, 1998, p.26).

Para finalizar, foi observado no momento da realização da pesquisa, através das entrevistas que os atores sentem-se:

- Partes protagônicas do processo decisório;
- a participação é pontual devido à falta de comunicação e informação sobre o processo;
- os entrevistados sentem-se meros ratificadores dos interesses governamentais, como escreve Bordenave (1998, p.34)

“a comunicação tem sido utilizada muito mais para legitimar e manter uma ordem social caracterizada pela exploração das maiorias, pela verticalidade e autoritarismo das relações, pela demagogia e o apelo às emoções fáceis. O potencial verdadeiro da comunicação está longe de ter sido aproveitado para apoiar o surgimento de uma nova civilização e de um homem novo”.

- Dificuldade no acompanhamento, avaliação e desenrolar das ações no PRODETUR;
- Acreditam no desenvolvimento econômico que o programa pode gerar, consequentemente trazer mais felicidade às pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor turístico, no Brasil ganha maturidade, o que se manifesta por meio do profissionalismo com que este setor vem sendo conduzido pelos atores responsáveis por ele.

Hoje não basta saber que existem belezas naturais, grandes diversidade biológica e riqueza histórico-cultural. É preciso garantir que todas essas qualidades, que se destacam na micro-região da Serra da Bodoquena, contribuam para uma melhor qualidade de vida dos seus cidadãos e os façam pessoas satisfeitas e favoráveis à recepção de turistas, com profissionalismo, competência, qualidade, cortesia e alegria.

Observamos, com esta pesquisa, a forte articulação da sociedade organizada para que a Serra da Bodoquena e o município de Bodoquena também se inclua como um pólo de destaque no turismo nacional e supere os principais dificultadores levantados por este trabalho.

A indefinição política não permite que o poder público municipal que, apesar de reconhecer a vocação turística do local, estabeleça estratégias e prioridades que alavanquem o turismo na região. A sociedade organizada considera que a atividade turística deve ser praticada com organização, objetivos e estratégias bem definidas. A preocupação verdadeira com a infra-estrutura, de forma a se tornar um instrumento do desenvolvimento local

sustentado, garantirá a melhoria da qualidade de vida, oferta de novos empregos e geração de renda para a sociedade local.

Por meio da entrevista percebeu-se que a baixa qualificação da mão-de-obra no turismo é encontrada na região, isso tem dificultado o seu desenvolvimento, mas vem sendo superado através do crescente interesse da comunidade em participar de cursos de formação profissional.

A consciência turística por parte da população é outro aspecto verificado pelos entrevistados, como sendo um dos obstáculos para que eleve a atividade turística aos patamares desejados, pois acreditam que o turismo depende da população querer que ele aconteça, ninguém é mais responsável pelo desenvolvimento do turismo do que a própria comunidade. É ela quem escolhe o que quer fazer e como quer fazer. Sem a comunidade nada acontece, portanto o planejamento do turismo deve passar por um programa de conscientização da população quanto à importância dessa atividade econômica poderosa e geradora de emprego. Isto depende de uma mudança cultural que fará com que a população passe a enxergar o turismo desta maneira e exigir providências concretas e corretas em prol do mesmo.

Para isso, há necessidade de se promover uma comunicação entre todos os interessados, comunicação esta que alcance a população mais longínqua e que se processe no interesse de todos para seu próprio benefício. No decorrer da pesquisa foi observado que a comunicação aconteceu, somente na verticalização, permitindo somente que técnicos e autoridades municipais tomassem o conhecimento das etapas vencidas pelo programa.

Para finalizar, observamos dentro desse estudo que durante todo o tempo a sociedade civil organizada ou não, sabem os reais problemas e dificuldades que envolvem o desenvolvimento local, justificativa prende-se nas respostas das entrevistas onde eles

apontaram dentro outros fatores, a capacitação e qualificação de mão-obra, a integração dos vários parceiros do processo de desenvolvimento turístico, a importância da conservação do meio ambiente e a ocupação real do poder municipal como gestor deste processo, foram elementos identificados pela sociedade civil organizada como indispensáveis para alavancar o turismo na região e Município de Bodoquena.

É essencial o engajamento da comunidade aos demais segmentos, no sentido de traçar uma política que, além de valorizar o turismo regional, trabalhe pela preservação dos mananciais, “guardando” para as futuras gerações o que há de mais belo na região.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR,E; GOMES, M.A O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras, Universidade Federal de Lavras, 1998.
- ANDRADE, J.V. de A. **Turismo fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.
- ARISTÓTELES. **A política**. Introdução de Ivan Lins. Tradução de Nestor Silveira chaves. São Paulo: Rio de Janeiro: Ediouro S/A, s/d.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOTURISMO- ECOBRASIL. **Glossário do turismo** [on line]. 1999. Disponível: <http://www.ecobrasil.org.br/gloss.html>. [capturado em 28 maio 1999].
- ÁVILA, Vicente Fideles de (Coord.). **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e analise de conceito. Campo Grande: UCDB, 2001.s
- _____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. In: **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v. 1, n.1, p.63-76, set., 2000.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação e articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, IPEA, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENEVIDES, J.P. **Turismo e PRODETUR** - dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC. 1996.
- BENI, Mário Carlos. A política do Turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.) **Turismo como aprender, como ensinar** – São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- _____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1997.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura**: um ensaio analítico. Disponível em: <www.usp.br/fearp/sig>. Acesso em: mai, 2004

BNDES. **Turismo ecológico:** uma atividade sustentável. BNDES Setorial, n. 10, Brasília, 2001.

_____. **Turismo ecológico:** uma atividade sustentável. *BNDES Setorial*. Nr. 10, Brasília/2000.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Além dos meios e mensagens.** introdução á Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência 8º ed. Petrópolis: Vozes , 1998

BOULLON, Roberto C. Proyectos Turísticos: identitificación, localización y dimensionamento. In: DENCKER, Ada de Freitas Manetti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 2ª ed. São Paulo: Futura, 1998.

BRASIL. Ministério do Esporte e Turismo e Banco do Brasil. **Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR.** Brasília, 2002.

CARVALHO, Caio Luiz de. Na busca do Turismo que queremos. In: LAGE, Beatriz Helena Gela, MILONE, Paulo César (Org.) **Turismo:** Teoria e Prática – São Paulo: Atlas, 2000.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: análise e organização.** Porto Alegre: Sulina, 1975.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos.** 2.ed. Rio de Janeiro,: Campus, 1999.

COBRA, Marcos. **Administração em Marketing.** 2ª edição, São Paulo: Atlas, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nossa futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV,1991.p.49

FELLINI, Lourdes. **Turismo, uma atividade municipal.** Porto Alegre: POA EST , 1983.

FONSECA, Magna Pataro; COSTA, Maria da Conceição Baêta da. **Educação, comunicação e mobilização social:** instrumentos e sensibilização para limpeza urbana em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1996.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local.** Brasília: AED - Agência de Educação e Desenvolvimento, 2002.

FREITAS, Henrique; JANISSEK, Raquel. **Análise léxica e análise de conteúdo:** técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Disponível em: <http://www.sphinxbrasil.com/arquivos/na_text/Trecho-livro-freitas-janissek-2000.PDF>. Acesso em: Acesso em: Acesso em mai, 2004

GIACOMINI, Gino Filho. Marketing: conteúdo, didático e perspectiva.In TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.).Turismo – **Como aprender, como ensinar.** São Paulo: Senac,2001

GODOY, Arilda Schimidt. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de Empresas. **Revista de Administração de Empresas – ERA**, São Paulo, v.35, nº 4, p. 65-71 jul./ago., 1995.

GRAÇA JOAQUIM, M. Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo responsável. **Revista de Sociologia - Problemas e Práticas**. V.12, n .23, Lisboa, 1997.

IBAMA, INSITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. <http://ibama.com.br>. Jul/2001

IGNARRA,L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999

INTERNATIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES (ICLEI). **The Local Agenda 21 planning guide**. Toronto, CA, ICLEI, 1.996.

LAGE, Beatriz Helena Gales, MILONE, Paulo César. Bases para a elaboração de um Trabalho Científico no Turismo. **Turismo Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. In: **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v. 3, n.5, p.51-59, set., 2002.

MARTINS, Sérgio Ricardo de Oliveira e GOMES, Ordylette. **Desenvolvimento em escala humana**: a difícil transição de paradigmas. Texto apresentado no I SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO”: *estratégias, instituições e políticas*. Rio Claro, 19 a 21 de maio de 2004.

MATO GROSSO DO SUL (estado). PRODETUR/SUL-MS - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil. **Perfil da área turística Serra da Bodoquena - MS**. Campo Grande. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo/Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/Unidade de Coordenação Estadual, setembro, 2002.

MCINTOSH, Robert e GUPTA, Shashikant. Turismo: planeación, administración y Perspectivas. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (Org.) **Teoria Econômica, Comunicação e Marketing do Turismo**. **Turismo: Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas,2000.

MIELENHAUSEN, Ulrich. Gestão do Mix promocional para agências de viagens e turismo. In. LAGE, Beatriz Helena Gellas, MILONE, Paulo César. **Turismo Teoria e Prática** – São Paulo. Atlas, 2000.

MILONE, Paulo César (Org.) **Turismo: Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas, 2000.

MMA, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <http://www.mma.gov.br>.Brasília, Jul/2001 .

MOURA, Suzana. **A gestão do desenvolvimento local**: estratégias e possibilidades de financiamento. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.Br/pesquisas/desenANPAD.html>>. Acesso em out, 2002.

OLIVEIRA, D. de. Turismo de consumo. In: GASTAL,S.(org) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: Editora dos Autores, 1998, p. 88- 99.

OMT - Organização Mundial de Saúde, 2001. Perspectivas. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (Org.). **Teoria Econômica, Comunicação e Marketing do Turismo. Turismo: Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas, 2000.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, **65.ª Reunião do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo** (OMT), NATAL-RN, 2001.

OMT - Organização Mundial do Turismo. Desenvolvimento de Turismo Sustentável. **Manual para organizadores locais**, 1998.

PADILLA, O de La T. **El Turismo** - Fenómeno Social. Sección de Obras de Sociología. México: Fondo de Cultura Económica: 1994.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecología, cultura e turismo**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PETROCCHII, Mário. **Turismo**: Planejamento e gestão - São Paulo: Futura, 1998.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil**: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A: RIEDLY, M. (org.) Ecología, lazer e desenvolvimento. Bauru-SP; Ed. Da Universidade Sagrado Coração, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas, MILONE, Paulo César (Org.) **Turismo: Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Marketing turístico**: um enfoque promocional Campinas: Papirus, 1981.

SAMPAIO, Francisco. **O produto turístico do alto minho II**. Gráfica Casa dos Rapazes: Viena do Castro, 1994

SAAB, William George Lopes. **Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, nº 10, p-285-312, set/1999.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI : desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo, Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1.993.

_____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1.986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA. **Plano de desenvolvimento do turismo sustentável.** Bodoquena, 2003.

SILVEIRA, Antônio R. dos Santos - **Programa Ambiental: A Última Arca de Noé.** <http://www.aultimaarcadenoe.com>)

TABARES, Fábio Cárdenas. Producto turístico: aplicación de la estadística y del mustreo para su diseño. In: DENCKER, Ada de Freitas Manetti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 2^a ed. São Paulo: Futura, 1998.

TACUSSEL, Patrick. Comunidade e Sociedade: a partilha intersubjetiva do sentido. **Revista de Comunicação Social.** Belo Horizonte, n. 49, p. 3-12, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais.** Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TORO, J.B. & WERNECK, N. M. **Mobilização social.** Abeas, Unicef, 1997. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais

UNESCO/COMISSÃO MUNDIAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO. **Nossa diversidade criadora.** Brasília, Unesco Brasil e Papiros, 1.997.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo:** alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional - teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Universidade Federal de Santa Maria – RS. Centro de Ciências Rurais, 1999.

ANEXO A

A CONVITE – ENCONTRO REGIONAL DO PRODERTUR/SUL